



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 60

QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 61ª SESSÃO, EM 16 DE SETEMBRO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 32/87, de autoria do Senador Jamil Haddad, que altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/39/87 (nº 1.349/87, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando o relatório e o parecer prévio daquele Tribunal, sobre as contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1986.

— Recebimento das Mensagens nºs 193 a 201/87 (nºs 302 a 310/87, na origem), pelas quais o Sr. Presidente da República, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Bom Jesus da Lapa—BA, Teresina—PI, Imperatriz—MA, Macaíba—RN e de Salto de Pirapora—SP possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR POMPEU DE SOUSA — Propõe a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para apurar a transferência de favelados.

SR. PRESIDENTE — Visita ao Senado de delegação parlamentar francesa.

SENADOR RUY BACELAR — Críticas ao Governo do Presidente Sarney.

SENADOR MÁRIO MAIA, como Líder — Problema da violência e dos favelados nas capitais do País.

SENADOR CARLOS CHIARELLI, como Líder — Defesa do Governo do Presidente José Sarney, em face das críticas que lhe foram feitas pelo Senador Ruy Bacelar.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Questão de Ordem

Levantada pelo Senador Virgílio Távora e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3.2 — Ordem do Dia

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1987 (nº 8.384/86, na origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de instituições educacionais e culturais. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 101, de 1987 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça com conclusão de seu Parecer nº 12, de 1987), que suspende a execução do art. 9º da Lei nº 2.322, de 2 de agosto de 1982, do Município do Paulista, do Estado de Pernambuco. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 142, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Petrolina, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 143, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araújo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 144, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Belém, Esta-

do do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.996,24 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 145, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Buritiz, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.935,78 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 146, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 46.992,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 147, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Iguatama, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.796,99 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 148, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Moema, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Votação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 116, de 1987 (nº 180/87, na origem), de 6 de julho de 1987, pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Augusto Pereira Souto Maior, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia. **Discussão adiada por falta de quorum.**

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo

JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial

LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	330,00
TOTAL	
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00
Tiragem: 2.200-exemplares.	

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 123, de 1987 (nº 205/87, na origem), de 24 de julho do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Marcos Henrique Camillo Côrtes, Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, para cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu. **Discussão adiada** por falta de **quorum**.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 137, de 1987 (nº 232/87, na origem), de 6 de agosto de 1987, pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do

Sr. Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Alemã. **Discussão adiada** por falta de **quorum**.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 138, de 1987 (nº 233/87, na origem), de 6 de agosto de 1987, pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Edmundo Radwanski, Ministro de Segunda Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Jamaica. **Discussão adiada** por falta de **quorum**.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 140, de 1987 (nº

236/87, na origem), de 12 de agosto do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica. **Discussão adiada** por falta de **quorum**.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

4 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 61ª Sessão, em 16 de setembro de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Dirceu Carneiro e Mário Maia

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Aureo Mello — Odacir Soares — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Teotônio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Men-

des Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Afonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1987

Altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452,

de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136. A época da concessão das férias será a que melhor consulte ao interesse do empregado.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Somente por motivo de força maior devidamente caracterizada, ou com anuência expressa do interessado, poderá ser marcado período diverso do escolhido pelo empregado para o gozo de suas férias."

Art. 2º O art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 3º O abono a que se refere este artigo será pago integralmente pelo empregado, independentemente de compensação, quando a remuneração do empregado for inferior a 4 (quatro) salários mínimos."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As férias do empregado, a que este faz jus após um ano de trabalho na empresa, com o fim de ensinar-lhe a recuperação do esforço despendido constituem uma questão que diz respeito à saúde pública, sendo, portanto, de ordem pública.

É absurdo, presumindo-se que, ao fim de um ano, o empregado necessita de férias, para repouso e conseqüente recuperação física, fique a fixação do período respectivo ao arbitrio do empregador, como a que mais convenha aos interesses deste nos doze meses subseqüentes à aquisição do direito.

Parece-me inteiramente justo que as férias devam ser usufruídas, muito pelo contrário, na época que mais interessa ao empregado, salvo força maior, com notório prejuízo para a empresa.

Todos sabemos que é pequeno o interesse do trabalhador nas férias sob o aspecto do repouso remunerado, tendo em vista a sua baixa renda. Para ele, a possibilidade de vender parte das férias representa maior atrativo do que passar tempo desse período na sua casa, no mais das vezes um humilde barraco, gastando antecipadamente o salário. Na verdade, o ambiente de trabalho pode lhe oferecer algum conforto e outras vantagens, como, por exemplo, alimentação e higiene.

Por outro lado, não ignoramos que dificilmente o trabalhador de baixa renda goza de repouso quando lhe são concedidas as férias. Procura sempre um "bico", um biscate, para aumentar seus trocados.

Assim, podemos dizer que esse trabalhador não tem, efetivamente, férias, nem no sentido de repouso, nem do de lazer, muito menos.

Para isso, penso que ao trabalhador de baixa renda — aquele que ganha até quatro salários mínimos — deveria ser concedido um auxílio de férias pelo empregador, o qual não pode alhear-se de tal problema. Grande parte do operariado brasileiro, sobretudo, dos maiores centros, provém dos mais diversos rincões do País e de notar-se que a sua miserabilidade não permitirá a volta às origens para rever parentes e amigos. Quando não seja para permitir ao seu empregador realizar sonhos dessa natureza, deve o patrão oferecer-lhe condições de poder desfrutar, no período de repouso remunerado, de um pouco de tranqüilidade e de lazer.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 1987.
— **Jamil Haddad.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS
DO TRABALHO
DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943

CAPÍTULO IV

Das férias anuais

SEÇÃO II

Da concessão e da
época das férias

Art. 136. As férias serão concedidas em um só período.

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a sete dias.

§ 2º Aos menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

SEÇÃO IV

Da remuneração e do
abono de férias

Art. 143. É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

§ 1º O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

§ 2º Tratando-se de férias coletivas, a conversão a que se refere este artigo deverá ser objeto de acordo coletivo entre o empregador e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional, independente de requerimento individual a concessão do abono.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O projeto de lei que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o ofício Nº S/ 39, de 1987 (Nº 1.349/87, na origem), encaminhando o relatório e o parecer prévio daquele Tribunal sobre as contas do Governador do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1986, juntamente com o balanço consolidado, elaborados pela Secretaria de Finanças.

Nos termos do art. 393 do Regimento Interno, a matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal, que concluirá seu parecer por projeto de resolução, aprovando ou rejeitando as contas, para posterior apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência recebeu as mensagens Nºs 193 a 201, de 1987 (Nºs 302 a 310/87, na origem), de 15 de setembro do corrente ano, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução Nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as prefeituras municipais de Bom Jesus da Lapa (BA), de Terezina (PI), Imperatriz (MA), Macaíba (RN) e de Salto de Pirapora (SP) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

Nos termos da Resolução Nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, os relatores das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa, primeiro orador inscrito.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pedi a palavra para um esclarecimento de vez que, tendo preparado ontem um requerimento, que pretendo encaminhar à Presidência do Congresso Nacional, para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, esse requerimento acabou vazando, antes que pudesse dar a ele as providências devidas, em função de acontecimentos supervenientes que, embora tivessem ligação com o assunto, não foram determinantes do requerimento.

Esse documento foi noticiado pela televisão, pelas rádios, pelos jornais dando a impressão de que a iniciativa estivesse diretamente ligada à presença daquele grupo de "invasores" da Superquadra Norte 110, que, desalojados de maneira arbitrária, fugindo inclusive, a todas as tentativas feitas para resolver o assunto sem traumatismo, acabaram obrigadas por todo um mês na paróquia do admirável Padre Horta, mas, finalmente, aqui estão acampados debaixo da rampa de acesso ao Congresso Nacional. Criou-se, assim, a expectativa de que o que eu propunha era uma comissão para resolver a situação desta gente. Não! O que proponho é uma coisa mais ampla, mais profunda.

Na verdade, o que está havendo, neste episódio, é sintoma de uma patologia social. Devemos encarar-lo como tal e procurar então apurar todos os componentes dessa sintomatologia, todos os componentes, vamos dizer, semiológicos dessa sintomatologia, para fazermos um diagnóstico o mais exato possível e procurarmos uma terapêutica para este problema das populações deslocadas, que se deslocam pela miséria e que pela miséria são tangidas do campo para as grandes cidades e trazem a problemática terrível que é a da miséria volante, que do campo se estende para a cidade e, assim, transforma o problema agrário, o problema das populações camponesas, em problema da população brasileira como um todo. Isso é realmente algo profundamente grave, que precisa ser estudado nas suas causas e nas suas conseqüências, para tentarmos encontrar uma solução para este problema.

Faço questão de dar este esclarecimento para que não se crie uma esperança nesta pobre gente que aí está acampada. Há até crianças recém-nascidas deitadas sobre o cascalho, na porta do Congresso Nacional. Não quero que esta pobre gente tenha uma expectativa malograda de que temos poderes demiúrgicos para resolver instantaneamente o problema. Essa não é uma situação que possa ser resolvida pelo Poder Legislativo, mas tão-somente pelo Poder Executivo. O que o Poder Legislativo pode e deve fazer é colaborar para diagnosticar o mal social que isso representa e procurar, tanto quanto possível, apontar as soluções. Então, antes que eu faça a leitura do texto, para que fique muito claro qual é o sentido da proposta de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, faço um apelo, desta tribuna, como representante do povo do Distrito Federal, ao Governador do Distrito Federal, para que encontre uma solução não traumática para a situação desta pobre gente que aí está. Alega-se que há profissionais de invasão — pode até ser que haja um ou outro —, mas esta pobre gente que está aí não é profissional de invasão; é, realmente, gente

sofrida. Volto a dizer que vi ontem dois recém-nascidos deitados em cima do cascalho. Então, é preciso que encontremos uma solução e sei que o Arcebispo do Distrito Federal está, como nós, empenhadíssimo em encontrá-la.

Nós, os representantes do Distrito Federal no Senado e na Câmara, nos empenhamos profundamente para uma solução. E aqui renovo o apelo que estou fazendo, há quase dois meses, para que se resolva isso sem traumatismos sociais mais graves ainda.

Portanto, com todas estas ressalvas, para que não se crie mais uma esperança malograda em tantos malogros que essa pobre gente sofre neste País, ela é tratada como gado nos campos e nas cidades — quero então ler o texto da proposta da criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para depois de pedir aos meus colegas do Senado que a subscrevam — precisamos de um terço de assinaturas de Senadores e um terço de assinaturas de Deputados Federais. Colegas nossos da Câmara estão providenciando isto na Câmara. E, agora, sem delongas, passo a ler o texto:

REQUERIMENTO Nº , DE 1987

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Na forma do que dispõe o art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional, dirigi-mo-nos a Vossa Excelência para requerer a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a missão de apurar os atos, práticas e processos de desrespeito e violência, por ação ou omissão, que o Estado — nas suas várias instâncias e níveis — comete, no Brasil, contra os mais elementares direitos da condição humana das populações miserabilizadas que assim vivem (vivem?) em todo o território nacional, mas, sobretudo, nas favelas e invasões das grandes cidades: desrespeitos e violências de que são exemplos mais recentes e evidentes os últimos acontecimentos que se registram no Distrito Federal e na capital do Estado de São Paulo. A Comissão deverá também — nas audiências com as representações das comunidades diretamente interessadas no problema assim como naqueles que ouçam autoridades governamentais ou técnicas e representantes de instituições profissionais comprometidas com o estudo da matéria — colaborar na análise e busca de alternativa de solução. A Comissão dever-se-á compor de 9 Deputados e 9 Senadores e cumprir sua tarefa no prazo de 90 dias.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar atos, práticas e processos de respeito e violência do Estado contra os direitos da condição humana nas favelas e invasões das grandes cidades, de que são exemplos, especialmente, os últimos acontecimentos no Distrito Federal e na capital do Estado de São Paulo.

É este o requerimento que estou, neste momento, submetendo coletivamente — e, em seguida, vou submetê-lo individualmente a cada um dos colegas.

Estou precipitando o assunto, para evitar que esse equívoco se mantenha; o equívoco de que nós queremos demiurgicamente, por um passe de mágica, resolver a situação aí de fora. A situação lá de fora não somos nós que resolvemos, é o Executivo.

O que é preciso é que nós, Congresso Nacional, e não apenas Senado Federal, tomemos conhecimento dessa gente que é tratada como gado e não como gente. É tratada como gado nos campos, é tratada como gado nas cidades. É preciso que o Congresso Nacional estude isto a fundo e proponha alternativas de solução, para que este País seja, enfim, um país de condição humana, com uma população humana, porque é preciso respeitar a condição humana e essa gente tem vivido em condições subumanas. É preciso que o Brasil não se envergonhe perante o mundo, Sr. Presidente.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUZA — Dou a aparte a V. Exª, meu caro Colega Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Obrigado, Senador. Assinei o requerimento de V. Exª, gostaria de fazer algumas observações. Primeiramente, sobre a amplitude da proposta porque, tal qual está o requerimento que nós assinamos, há uma apuração de infrações aos direitos humanos e como que uma apuração a respeito da vida em condições anômalas, uma vida em condições, como V. Exª bem frisou, mais parecidas com a existência destinada aos animais brutos, irracionais. V. Exª até citou o gado que é tanguido, quer nas Capitais, quer no interior do Estado. Não sei se seria demais propor a V. Exª uma redução desse objetivo por uma localização geográfica do problema, porque do contrário teríamos uma Comissão Parlamentar de Inquérito muito ampla. Seria difícil averiguar essa circunstância que, em Fortaleza, Capital do Ceará, é um grande drama, assim como em São Paulo; inaugura-se esse grande drama aqui em Brasília. Isso existe em todas as Capitais, em todas as cidades está existindo esse mesmo problema. O fato de a Comissão Parlamentar de Inquérito averiguar essa condição de subvida, de uma vida absolutamente desumana em todo o Território Nacional, talvez não atendessem ao que movimenta a sensibilidade de V. Exª, que é exatamente o caso de Brasília. Então, eu proponia que essa Comissão, de princípio, se restringisse a averiguar a questão de Brasília, porque aqui o problema está ficando muito sério, o Governo parece apático quanto a isso, as invasões estão-se registrando, o crescimento de Brasília está tirando a Capital do País daquela condição de cidade oficial para ser uma cidade absolutamente idêntica na sua problemática às outras que preexistiram a esta. A minha impressão é de que o drama do favelado em Brasília logo se agravará se não houver uma medida exata para, primeiro, detectando as causas, depois, controlar alguns desses efeitos que me parecem realmente gravíssimos. Então, pergunto ao quarto Senador pelo Ceará e um dos Senadores de Brasília, Senador Pompeu de Sousa, se na verdade não seria melhor restringir o requerimento de V. Exª para que ele tenha uma característica mais ligada à Capital do País, porque este é o fato que está ferindo a nossa sensibilidade.

O SR. POMPEU DE SOUZA — Meu nobre amigo, Senador Cid Sabóia de Carvalho, o aparte de V. Exª é muito lisonjeiro para este Senador. Entretanto, eu me permito discordar de V. Exª, porque não quero dar a essa comissão o caráter localista, de examinar o problema do Distrito Federal, quando o problema é nacional. Claro que a Comissão não vai sair em todas as direções, percorrer o Brasil inteiro para apurar esse problema. São exemplos citados no requerimento os acontecimentos de Brasília e de São Paulo, mas eles existem um pouco em toda parte; existe em Fortaleza, nas áreas que no meu tempo se chamavam as "areias" de Fortaleza, porque, então, as áreas marginais da cidade não eram calçadas. Esse problema existe por toda parte. Temos uma sintomatologia homogênea e idêntica por todo o Brasil. E nós, provenientes das mais variadas regiões do País, temos a experiência de cada uma dos nossos Estados. Não precisamos ir a cada um deles para apurar, mesmo porque essas populações são as mesmas; o que a população daqui e de São Paulo disserem é o mesmo que a população de Fortaleza diria, o mesmo que a população de Salvador diria; é tudo a mesma coisa. Citei esses casos apenas como exemplos, mas não devemos apequenar a importância desta Comissão que espero seja uma Comissão Mista do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, apenas para tratar de um problema localista, de que poderia encarregar-se a Comissão do Distrito Federal. Este é um problema nacional e assim devemos encarar-lo, contribuindo para diagnosticar, através desse sintoma, a patologia social, que precisa ser resolvida em escala nacional.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me uma observação?

O SR. POMPEU DE SOUZA — Pois não.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Não discordo dos nobres objetivos, tanto que assinei; aliás, ontem, eu já havia assinado documento idêntico a este em meu Gabinete. Dou esse apoio e faço do requerimento de V. Exª o meu requerimento tal qual ele está. Apenas temos que, pela amplitude, se não tivermos um aspecto mais pragmático, de características mais práticas, essa Comissão de Inquérito poderá recair dentro daquele conceito que já domina a Nação, de que as Comissões Parlamentares de Inquérito de nada servem, nada apuraram e em nada resultam.

O SR. POMPEU DE SOUZA — Caro Senador Cid Sabóia de Carvalho, sejamos homens de mais fé. Na verdade, é preciso discordar dos que começam por dizer que as instituições não funcionam. Se as instituições não funcionam para que nós elegemos Senadores? Para fazê-las funcionar! Devemos lutar para que elas funcionem. Então, vamos lutar por isso, vamos ser ambiciosos, vamos ser pragmáticos, sim — concordo; mas ambiciosos ao mesmo tempo. Não sejamos conformistas; sejamos, pelo contrário, inconformistas, porque a inconformidade é que é criadora, acima de tudo.

Sr. Presidente, V. Exª já me avisa, com as luzes vermelhas, de que meu tempo acabou. Agradeço a benevolência de V. Exª e a paciência de meus companheiros.

Falei apenas para dar este esclarecimento. Não estamos propondo uma solução imediata para

essa pobre gente que aí está. Fazemos um apelo para que as autoridades responsáveis resolvam o problema. O que queremos é diagnosticar um problema nacional e contribuir para sua solução em escala nacional. Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Pompeu de Sousa o Sr. Dirceu Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, a Presidência tem a honra de anunciar a presença, em nosso Plenário, de uma delegação de senadores franceses, chefiada pelo Senador Jean-François Pintat, o qual representa o Grupo Parlamentar da Amizade Franco-Latino-Americano. Compõem a delegação, além do Senador Jean-François Pintat, os Senadores Georges Berchet, Philippe Madrelle, Roger Boileau, Michele Alloncle e os Srs. Jacques Lelievre e Jean Laporte.

A Presidência registra, por igual, os seus cumprimentos à presença do novo Embaixador da França no Brasil, Sr. Philippe Cuvillier, bem como as homenagens do Senado Federal a esta importante delegação de senadores franceses que nos visita.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar, por cessão do Senador Francisco Rollemberg.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, momentos há, na vida de uma Nação, em que afrouxar a vigilância que deve ser exercida sobre os atos de seus governantes, ou poupá-los da crítica justa e até mesmo veemente, pelos erros e desvios que estes cometem no exercício do poder, constitui, se não imperdoável convicção, pelo menos grave omissão de indeclinável dever cívico.

Escorado nessas considerações e inspirado, antes de tudo, no propósito de servir ao País e de concorrer para preservá-lo do risco de crises indesejáveis, é que venho, hoje, à esta tribuna a fim de apontar à Nação os erros do Presidente Sarney, denunciando, ao mesmo tempo, suas incoerências, suas tergiversações e seus desatinos, que só têm contribuído para precipitar o País na pior de suas crises.

Sabemos que tudo isso é fruto do despreparo do Presidente para gerir os altos interesses da Nação. Tanto é assim, que este pronunciamento vai-se restringir a três notórias incompetências do Presidente da República: a incompetência para coordenar os ministros de seu Governo e para liderar as forças políticas que o apóiam; a incompetência para formular um programa de Governo reclamado pela fase crítica que enfrenta a Nação e a incompetência para a condução dos problemas políticos suscitados pela fase de transição que atravessa o País.

Para comprovar a primeira dessas incompetências, basta lembrar que o Presidente Sarney, guindado ao poder por força da trama do destino, mas com o apoio quase unânime da Nação brasileira, em menos de dois anos de Governo já havia perdido essa invejável sustentação popular, que foi substituída pelo desencanto, pela perplexidade e pela insanável perda de confiança do povo em seus governantes.

Tudo isso, porque não soube se posicionar de acordo com as altas responsabilidades que os caprichos da história depositaram sobre seus ombros; tudo isso porque, não obstante as inúmeras oportunidades que teve, faltou-lhe competência e grandeza para compor uma equipe ministerial dinâmica, bem coordenada e solidariamente integrada na consciência de um bom programa de Governo.

Pelo contrário, o Ministério Sarney, a par de sua constante rotatividade, tem-se caracterizado pelo trabalho dispersivo, faltando unidade de ação indispensável a qualquer equipe de Governo. Não tendo à sua frente um maestro seguro, o Ministério Sarney é uma orquestra desafinada e sem qualquer sintonia. Os ministros da área econômica não se exprimem no mesmo tom; os da área social atuam descompassados; os do PFL vivem em desarmonia com os do PMDB. Desde os primeiros dias do Governo Sarney, procura-se mistificar, mentir, enganar a opinião pública com um discurso que propala o fim das mordomias, a racionalização dos gastos públicos, a opção governamental pelos pobres, a austeridade como padrão de estilo do novo Governo, a transparência como pedra de toque da probidade restaurada na administração pela Nova República.

A dolorosa verdade, todavia, Srs. Senadores, é que essa Nova República foi a primeira vítima do Governo Sarney, a primeira entre tantas indenizações de Tancredo a cair em descrédito, graças ao flagrante desencontro entre o feérico discurso proferido pelo Presidente e a sombria realidade das mordomias renascidas, primeiro, clandestinamente, depois, às escâncaras; da corrida fisiológica em busca dos cargos em todos os escalões, sob a complacência sem disfarces do Presidente Sarney, o despropósito das ferrovias faraônicas concebidas sem racionalidade e teimosamente tocadas com o propósito de imortalizar a mediocridade e, sobretudo, esta já inocultável e recalci-trante corrupção, tão viva, na presente conjuntura, quanto nos períodos mais obscuros do proscrito regime.

Melancólico, Srs. Senadores, o destino, dessa Nova República, sustentada por uma aliança que vive em estado de choque, que convive na hostilidade e no repúdio mútuo, e que definha, cada dia, à míngua de uma liderança competente que lhe inspire grandeza e devolva o entendimento entre os condôminos do poder.

Estranha, sobretudo, Srs. Senadores, essa República bastarda, cuja paternidade Sarney não assume, porque se diz cerceado; boa parcela do partido majoritário também a rejeita, porque não se sente na posse do pleno poder, enquanto o segundo partido, reprovado nas urnas, apadrinhado e beneficiado pelo Governo, continua a exigir mais, como se inexpressiva fosse a sua participação no poder.

Eis, Srs. Senadores, até onde é possível chegar, quando ao Presidente da República falecem a vocação do estadista e a competência para governar.

2. Onde, porém, mais se evidenciam o despreparo e as incoerências do Presidente Sarney é na sua incapacidade de formular, até o presente, um plano de Governo que ofereça resposta pronta e adequada aos desafios que aguardavam os governantes da Nova República.

Diga-se, desde logo, que os planos até aqui formulados têm em comum a mesma e singular incoerência de levarem os nomes dos Ministros da Fazenda, da época em que foram montados. É assim que, em 1986, sendo Ministro do Planejamento João Sayad, o plano de Governo para o período leva o nome de Plano de Estabilização Econômica ou Plano Funaro.

O mesmo acontece com plano que sucedeu ao "Plano Cruzado": O planejador do Governo é o Sr. Aníbal Teixeira, mas o plano de Governo vigente é por todos conhecido como "Plano Bresser". Além do mais, sabe-se que, enquanto esses planos dão certo, como no caso do Plano Cruzado I, Sarney se apodera dos louros do sucesso, mas quando dos seus fracassos, a responsabilidade passa a ser debitada aos Ministros e estendida, maliciosamente, ao PMDB. Mas não páram aí as incongruências do Governo José Sarney. Como ponto de partida para uma política severa de saneamento das finanças públicas, Tancredo Neves cunhou a fórmula: "É proibido gastar". Sarney ouviu-a e, aparentemente, adotou-a, com pleno acatamento, pelo menos em seus discursos, onde as expressões austeridade administrativa, corte de gastos, eliminação do supérfluo e mil outras variantes pontilham as suas frases redondas de vendedor de ilusões.

Mas seus Ministros continuam gastando, os Presidentes das Estatais abominam os cortes em seus orçamentos, e o Presidente, em pessoa, comanda o carro-chefe da irracionalidade administrativa, ao ordenar a construção de uma ferrovia Norte-Sul fadada a ilustrar a história dos gastos supérfluos desta Nação.

E vão-se sucedendo os absurdos:

— Proíbem-se novas nomeações, logo no limiar do novo Governo. Mas elas persistiram e, em maio de 1987, já se elevava a um milhão e seiscentos mil a massa dos servidores públicos federais, continuando como nunca, na história da República, a força do fisiologismo.

— Recrudescer o combate à inflação, mas é o Governo quem toma a dianteira na elevação da taxa de juros e na alta desproporcional das tarifas relativas aos serviços de abastecimento de água, energia, assim como os referentes aos telefones, correios e telégrafos.

— Subsídios são concedidos, generosamente, ao Comércio Exterior, no afã de obter excedentes exportáveis, em detrimento do mercado interno, cujos preços são artificialmente elevados.

— Esses subsídios determinam menor receita da União. Até aí, menos mal. Entretanto tal política redundante, igualmente, em corte da receita dos Estados, pois as exportações não pagam ICM (como não pagam IPI), não resultando, pois, da medida, nenhuma compensação para as Unidades Federadas.

— Vez por outra, quando os planos Governamentais e outras medidas descoordenadas começam a falhar, apresentando sintomas de insucesso, volta o Presidente a agitar a questão da necessidade do corte nos gastos Governamentais, recorrendo, mais uma vez, ao espantinho do déficit público, que precisa ser controlado, a todo custo.

— É o que aconteceu recentemente na reunião Ministerial realizada em torno da me-

sa de decisões do Palácio do Planalto e convocada para dar a conhecer aos Ministros o elenco de medidas administrativas tendentes a enxugar, de vez, os gastos Governamentais, e pôr a salvo o plano econômico que leva o nome do Ministro Bresser Pereira.

Afora o tom dramático do Presidente, as cores sombrias com que foram descritas as contas do Governo e o alvoroço dos Ministros ao exprimirem sua rejeição ao corte de gastos nos investimentos prioritários de suas pastas, repetiram-se as incoerências e os desatinos de sempre.

O Presidente reitera a importância da austeridade e a impostergável urgência de se controlar o déficit público.

Ao mesmo tempo em que proclama essas evidências, ele exorta sua equipe, com esta advertência contraditória: "Nada de demissões". Isso significa que o Governo não quer reduzir o seu agigantado contingente de servidores, nem quer cortar, para valer, os seus gastos, preferindo aumentar impostos.

Estranha opção pelos pobres essa que, de um só golpe, atinge duramente os assalariados das classes mais sacrificadas, através da elevação do imposto de renda cobrado na fonte, o qual proporcionará à receita, já a partir deste mês, uma arrecadação acrescida de mais 10%, até o final do ano.

Naturalmente, que o pau não quebra nas costas de todos. Se o pobre é "arrochado" pelo imposto de renda na fonte — todo o mundo vai recolher mais — as empresas, todavia, são dispensadas de cotas semestrais, e os bancos podem descongelar as retenções do patrimônio líquido.

Em suma, não fugindo às suas permanentes contradições, o que o Governo proporcionou à Nação, na reunião ministerial de agosto findo, foi o espetáculo do Presidente pregando a necessidade da redução do déficit público, o seu Ministro da Fazenda contradizendo-o ao afirmar que o déficit não é causa de inflação, os Ministros alarmando-se com as perspectivas de cortes, e o Ministro do Planejamento tranquilizando a todos, ao garantir que dinheiro não faltará em nenhum ministério.

Noutras palavras, o máximo de austeridade, apontada como meta do Governo neste ano de 1987, é reduzir o seu déficit até o limite de 3,5% do PIB. Mais precisamente, o Governo pretende continuar gastando o que não tem, mas não ultrapassará a nada desprezível quantia de 389 bilhões de cruzados!

Quem logo percebeu a inutilidade desses discursos e os efeitos desastrosos dessas políticas inconsistentes foram alguns Governadores e homens públicos do Nordeste. Logo se levantou um clamor generalizado: "O déficit deveria ser contido com a desativação de projetos faraônicos, como a Ferrovia Norte-Sul, e o estrito controle das estatais, e não com o corte de investimentos vitais para Estados e Municípios" disse, causticamente, o Prefeito de Recife. "Não se pode matar o povo nordestino de fome" alertou Waldir Pires — o esclarecido Governador do meu Estado. "Ninguém tem o direito de pedir que haja mortes pela fome na região", deixou claro Arraes; e Geraldo Melo, o Governador potiguar, atingiu o âmago do problema, quando sentenciou: "Sacrifícios devem ser cobrados de quem pode pagar."

Na verdade, esses políticos de falsa contenção de despesas estendem o caos de sua administração aos governos dos Estados, recentemente eleitos, todos do PMDB, à exceção de um do PFL, no propósito de dificultar o atendimento dos compromissos assumidos em praça pública com as populações de seus Estados.

O Sr. Virgílio Távora — Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo o aparte ao eminente Senador pelo Estado do Ceará, Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, as nossas primeiras palavras vão ser de congratulações. Durante tanto tempo esses assuntos aqui foram percutidos, não com o brilho com que V.Exª hoje o faz, pela Oposição, por nossa voz, e solicitando, e muito, que alguém da Aliança, que supostamente deve apoiar este Governo, viesse dar esses esclarecimentos. E, hoje, com surpresa, vemos que o nosso pregão foi atendido. Mas quem sobe à tribuna está justamente confirmando aquilo que aqui foi dito; vejamos os Anais do Congresso Nacional. Prezado Senador, no futuro — talvez seja o vazo do Professor de História, sempre a ver futuro, ver passado — aquele que folhear os Anais do Parlamento, principalmente aqui do Senado, ficará muito, mas muito surpreso, porque justamente um Governo que teoricamente, altissimamente, majoritário nas suas representações, nas duas Casas do Congresso, quando um ataque lhe é feito, resposta não é dada, na maior das vezes. E quando sobe à tribuna um distinto membro do partido do PMDB, como é V. Exª — e não estamos entoandolouvaminhas — o que nós vemos? A confirmação exatamente daquilo aqui está, não uma, mas várias vezes recitado já quase como uma ladainha por nós.

Amigo Ruy Bacelar, aprendemos, na nossa carreira de origem, que muito pior do que uma má decisão, é uma indecisão. Muito pior do que tomar um caminho errado é ficar parado atônito na encruzilhada; não ir para a direita, não ir para a esquerda. Isso é o que nós verificamos, hoje, em matéria de atitude governamental.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço o aparte de V. Exª e, neste ponto, concordamos plenamente. Falta ao Governo coragem para decidir. O Governo não tem coragem. Obrigado a V. Exª pelo aparte.

O Sr. Edison Lobão — Permite V.Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo o aparte ao eminente Senador pelo Estado do Maranhão, Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão — Nobre Senador Ruy Bacelar, no discurso desta manhã, V.Exª produz uma peça tristemente admirável em matéria de injustiças. Poucas vezes vi, ao longo de minha vida, um só discurso ser capaz de reunir tantas injustiças e tantas inverdades a um homem público. Era meu pensamento responder a V. Exª em seguida ou em outra ocasião, mas o líder do meu partido, Senador Carlos Chiarelli, tomará a si esta tarefa, e sei que o fará com extrema competência, pois não será difícil destruir, uma por uma, todas as alegações que aqui faz V.Exª em relação ao

Governo, notadamente as injustiças que lança sobre o Presidente José Sarney. Muito obrigado.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço ao nobre Senador, o aparte, apesar de não concordar em nada com suas palavras. Se falar a verdade, dizer a verdade, aquilo que o povo sente na própria carne, significa injustiça contra o atual Presidente da República, isso só pode vir do coração benevolente, do coração de maranhense de V.Exª para protegê-lo.

O Sr. Edison Lobão — Gostaria de fazer outra intervenção, já que V.Exª falou em "verdades".

O SR. RUY BACELAR — V.Exª continua com a palavra.

O Sr. Edison Lobão — Apenas diria que V. Exª trouxe muita coisa nova e muita coisa verdadeira; apenas as verdadeiras não são novas e as novas não são verdadeiras.

O SR. RUY BACELAR — Este é o pensamento de V.Exª, não é o nosso.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senhor Presidente, inconsciente quanto ao pouco rendimento da equipe de Governo que montou e sobre a qual Sua Excelência não consegue exercer eficaz liderança; desatento ao fracasso de seus planos de Governo que não lograram estancar a inflação, minorar os sofrimentos do povo, nem repor o País no caminho do desenvolvimento econômico-social, alheio ao grande fiasco representado por suas tentativas de encaminhar satisfatoriamente o tratamento das dívidas interna e externa; pouco consciente de sua inabilidade na condução dos problemas políticos que emergiram na fase de transição institucional que a Nação vai enfrentando aos trancos e barrancos. Muito cioso da extensão de seu mandato e exageradamente apegado aos poderes extraordinários que lhe confere o Regime Presidencialista, o desastroso Presidente da República achou por bem revelar outras incompetências e acumular novos fracassos ao tentar interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e pressioná-la por meios escusos, na tentativa de obter o apoio para posicionamentos seus, que podem refletir suas percepções próprias e até seus interesses pessoais, mas que não devem direcionar as deliberações desta Assembléia Nacional Constituinte que deve ser independente e imune a qualquer gênero de pressão, inclusive as que vêm sendo urdidas por um Chefe do Executivo despreparado e destituído do espírito de grandeza que molda o perfil dos grandes estadistas.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedo o aparte ao eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exª, mas gostaria de fazer alguns rápidos reparos, inclusive nisso que foi já observado do Senador Virgílio Távora, porque podemos ter a impressão de que este País vive um aspecto de indecisão e que aqui não se decide. Acho que o Brasil tem decidido muito, tem decidido muita coisa, não apenas no âmbito do Poder Executivo, mas o Brasil ingressa numa fase nova em que decidir de um modo novo tem sido uma frequência. Não

há como negar que os planos governamentais aí estão sendo realmente cumpridos, alguns fracassam, outros vencem, alguns tropeçam, retomam o caminho, mas as decisões estão sendo adotadas. O Presidente José Sarney nunca poderá ser acusado de indecisão ou da inexistência de planos, ou da falta de execução ao que se planeja, ao contrário; tem sido homem valente, tem sido um soldado ímpoluto na defesa deste País, tem assumido seus erros e tem caminhado em busca do futuro, que é essa transição pela qual estamos passando neste exato e difícil momento. O seu mandato, Senador Ruy Bacelar, pode ter vários enfoques, mas ao que sei, como Senador da República, ou como jornalista, antes de ser Senador da República, ao que sei, o Presidente Sarney foi eleito ao lado de Tancredo Neves, no levantamento das massas brasileiras que legitimaram inteiramente o Colégio eleitoral e que dele fizeram o palco de uma grande peleja democrática, em que até o Sr. Paulo Maluf teve um comportamento democrático dos mais brilhantes, ficando até o fim da luta, sem arredar o pé daquele cenário de vitória do PMDM. Ao fim, parabenizou o vencedor, dando uma lição de democracia que deve ser repetida. Digo até o Sr. Paulo Maluf, porque este é acusado de ser um antidemocrata, um inimigo da democracia. O festival da democracia neste País foi tão grande e a influência das massas tão forte que tivemos, no Colégio Eleitoral, a consagração da democracia, através de um meio ilegítimo, mas que se tornou legítimo para atender à aspiração do povo. Nessa ocasião, José Sarney se elegeu Vice-Presidente da República. A fatalidade fê-lo Presidente da República, numa circunstância em que a Nação deplorou não que Sua Excelência o fosse, mas o fato de Tancredo Neves não o ser. José Sarney assumiu a Presidência da República absolutamente consagrado, com o mandato, obtido através do Colégio eleitoral, de seis anos. Sou um professor de Direito. A ele me dedico desde os meus tempos de acadêmico. Assim que terminei o meu curso, dediquei-me ao aprofundamento dos meus estudos e tornei-me professor universitário. Gosto de respeitar os direitos adquiridos. Embora saiba que a Constituição Federal, ao ser feita, tem aptidões de até negar-se o reconhecimento dos direitos adquiridos, é bom dizer a V. Ex.^a e ao Senado Federal que o respeito aos direitos adquiridos é o melhor caminho de qualquer Constituição: respeito aos direitos adquiridos, à coisa julgada, aos contratos perfeitamente celebrados, a tudo que juridicamente esteja perfeito, porque nenhuma ordem jurídica se instala bem por sobre o caos que essa nova ordem instaure como seu alicerce, como sua base, como seu início. O Presidente José Sarney cometeu no entanto um grande erro que V. : foi o de ir às televisões e dizer que abrir mão de um ano em seu mandato, porque seu mandato é de seis. Mas S. Ex.^a apenas prometeu uma renúncia, uma renúncia ainda não consumida, mas que por certo se consumirá. A nós cabem dois caminhos: ou não respeitamos os direitos adquiridos, a começar por aqueles que dizem respeito ao Presidente da República, ou respeitá-los integralmente garantindo os nossos mandatos, garantindo vitaliciedade, garantindo estabilidade de servidores públicos, garantindo a inamovibilidade dos integrantes do Poder Judiciário e muitas outras garantias e prerrogativas democráticas

que venham ao longo das Constituições. Podemos respeitar ou desrespeitar tudo isso. Não há é um meio-caminho em que desrespeitamos os direitos adquiridos do Presidente e respeitamos os direitos adquiridos de todos que não são Presidentes. A isto corresponderia, Senador Ruy Bacelar, uma cassação de mandato. Confesso a V. Ex.^a que não tenho a menor vocação para cassar coisa nenhuma; quando dirigi nunca demiti, quando participei de lutas políticas fui sempre contra cassações. Tenho horror a esse tema "cassação", que muito parece com castração, muito parece com cessar as atividades de um cidadão em um campo ou genericamente em todos os campos em que atue. Então, acho que devemos respeitar o Presidente José Sarney, não apenas discordando das palavras de V. Ex.^a, mas tomando-as com apreço, respeitando o que V. Ex.^a pronuncia.

Apenas garanto que V. Ex.^a, pelo respeito que merece, pela dignidade que tem, deve ser respondido item por item, passo a passo da sua fala, pelas pessoas que tenham mais vinculações e mais intimidade com o Governo Federal e que tenham os elementos necessários para a resposta que, absolutamente, se faz necessária neste momento. Faço esses reparos porque acredito que o mandato do Senhor Presidente da República pode ser discutido na nova Constituição, mas com o risco de, na sua esteira, discutirmos todos os direitos adquiridos, todas as prerrogativas democráticas por ventura já consagradas neste País. Era o aparte, nobre Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência comunica ao ilustre orador que o seu tempo regimental está esgotado e também aos apartes que o tempo regimental para aparte é de dois minutos.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, antes de V. Ex.^a terminar, gostaria de ter o prazer de um novo aparte a V. Ex.^a

O SR. RUY BACELAR — Acabamos de assistir a uma grande aula do eminente Professor de Direito Constitucional sobre o direito que o Senhor Presidente da República, José Sarney, tem em relação ao mandato de seis anos, apesar, **data venia**, de não concordar com V. Ex.^a

O Sr. Mansueto de Lavoura — Peço um aparte, nobre Senador.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Dentro de pouco concederei.

Eminentíssimo Senador Cid Sabóia de Carvalho, quando V. Ex.^a aborda o problema do ex-deputado, ex-governador — por sinal até o admiro — Paulo Maluf, ex-candidato a Presidente da República, desejo não entrar no mérito da questão porque quem deve falar sobre o Dr. Paulo é o conhecedor mais de perto é o eminente Senador Edison Lobão. Quanto à duração do mandato, eu até respeito a coerência de V. Ex.^a quando defende seis anos. Acho incoerência daqueles que defendem cinco anos, como o próprio Presidente José Sarney que, querendo amedrontar os Constituintes, afirmou de viva voz: "Eu ficarei no poder durante cinco anos." "Eu preciso de um regime presidencialista." Esse é o pensamento do Presidente José

Sarney, com o qual os constituintes, de maneira alguma, irão concordar porque o Brasil atravessa uma fase difícil da sua história. É uma fase difícil e decisiva para a democracia brasileira. De um lado, V. Ex.^a encontra o Presidente com o poder do presidencialismo, com o poder quase monárquico que possui, usando toda a sua influência para amedrontar a consciência dos constituintes; de outro lado, o povo brasileiro, na sua grande maioria, que deseja exercitar o seu direito de voto, coisa que não faz há mais de 27 anos. Somente aqueles que hoje têm mais de 45 anos, que na época, alfabetizados, tiveram o direito de escolher o seu Presidente e isto se deu em 1960, quando o povo brasileiro escolheu o Sr. Jânio Quadros e o Sr. João Goulart. Daí, eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho, não concordar, de maneira alguma, com os seis anos que V. Ex.^a, com mais realismo do que o próprio Presidente, defende porque prefiro ficar do lado de 80% do povo brasileiro que irá, através da sua vontade, se sobrepor à vontade intransigente e pessoal do Senhor Presidente da República.

Concedo o aparte ao eminente Senador Fernando Henrique Cardoso, depois concederei apartes aos demais Srs. Senadores.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Eminentíssimo Senador Ruy Bacelar, há pouco estava aqui no plenário deste Senado uma delegação do Senado da França. E quando V. Ex.^a pediu a palavra e começou a fazer sua oração, começaram a fazer a tradução. Percebi e me acerquei dos senadores franceses e comentamos a situação insólita. Eles disseram-me que na França não pode haver referência ao Presidente da República nos debates parlamentares. Então, expliquei-lhes que aqui, no Brasil, como não há Primeiro-Ministro, quem entra no pelourinho é o Presidente da República. E aproveitei a ocasião para justificar o porquê da minha recente defesa do parlamentarismo. É que na experiência destes anos de Nova República, que o Senado inteiro sabe nunca teve outra posição senão a de tentar estabelecer no Brasil um regime democrático, e entendo por regime democrático um regime em que houvesse o voto popular, a periodicidade e tudo mais, mas sempre pensei que devíamos marchar para um sistema presidencialista porque temeroso, aquilo que todos temem, da inexistência de partidos fortes, da burocracia, e não obstante esses anos de Nova República, levaram-me a rever a posição. E hoje, ouvindo V. Ex.^a e sendo eu Líder do PMDB, sinto-me também na obrigação — ainda mais que espiado pelo meu querido amigo, Senador Virgílio Távora — de dar uma palavra do Partido a respeito das suas críticas. Vejo como é difícil, numa situação como a nossa, uma transformação na qual possa haver equilíbrio, na qual as críticas possam ser feitas sem que haja um envolvimento de uma carga emocional muito grande, que é normal, mas que muitas vezes até prejudica a argumentação. Acho que nós criamos um sistema — e digo "nós" com toda a propriedade, aqui hoje nós viemos de origens partidárias as mais distintas e estamos hoje com um desempenho grande, todos nós, de, a despeito delas, ir buscar uma solução para os problemas brasileiros. Então, acabamos por criar um sistema no qual se tem a impressão de que o Presidente da República tudo pode e, na prática, vê-se que o Presidente da Re-

pública é um ser isolado. Tenho ouvido críticas ao meu Partido, às lideranças, portanto, a mim também, que são críticas que vêm próximas ao Presidente da República, nunca as ouvi dele, mas próximas ao Presidente da República. E talvez essas críticas procedam porque, assim como V. Ex. faz seus reparos, e eu sei que os reparos de V. Ex. ecoam em muitos reparos que se ouvem na rua e em fortes segmentos de todos os partidos, não só é o PMDB que se dissocia muitas vezes da política do Governo, há também os que fazem reparos com razão no sentido de dizer: "Bom, mas nos momentos decisivos, será que o PMDB, será que o PFL, será que aqueles que têm influência no Brasil se jogaram para valer, para defender uma política que pudesse ser sustentada pelo Presidente?" Devo dizer que não nos jogamos. Digo com isenção. Não sou pessoa que tem reserva de opinião, mesmo exercendo a liderança, confundo muitas vezes a minha posição pessoal com as posições institucionais. Mas digo, também com objetividade, que não. Eu assisti de perto tantas vezes as dificuldades pelas quais o Governo passa, como hoje, como agora, que vamos ter que discutir esta delicadíssima questão da dívida externa e não obstante aqui dentro não se forma um clima que permita àqueles que vão falar por nós ou dizerem que falam com respaldo do País. Muitos de nós, muitos setores do Governo, a primeira coisa que fazem é se dissociarem. E, muitas vezes — não é o caso de V. Ex. — fazem **equal lobbies** dos interesses estrangeiros com o único propósito de mostrar que são independentes — não é o caso, repito, respeito V. Ex. e sei que não é assim —, com o único propósito de fazer eco àquilo que é fácil a uma crítica, que encontra apoio e aplauso e que às vezes misturam alhos com bugalhos. Será que todos nós estamos errados? E, aí, pergunto: Será que o Presidente está tão errado, ou não haverá realmente algo nas nossas instituições que não está funcionando? Preferia encerrar por este outro ângulo a questão. Há algo nas nossas instituições que não está funcionando há muito tempo. E acabamos, por força desse regime presidencialista em que vivemos, distorcido, por personalizar, e o Presidente da República vira uma espécie de pára-raios ou de relé que não se troca, que se queima e fica lá queimando e todos nós nos deliciamos de ver que está queimando ainda mais, ardendo em brasa, sem que joguemos um copo-d'água para dar uma possibilidade que esse relé se reconstitua. Creio, Sr. Senador Ruy Bacelar, que diante do que está acontecendo no Brasil, em que sentimos que essa dissociação; que é real, entre partidos e Governo; entre Câmaras e Governo; de Ministros entre si, de isolamento, muitas vezes, do Senhor Presidente da República, que talvez fosse um momento de fazer uma reflexão menos pessoal e mais institucional. E nesse mais institucional — não sou doutrinário e aqui há os que o são, com propriedade, a respeito das formas de Governo — mas acredito que deveríamos aproveitar a oportunidade para rever mais a fundo o funcionamento das nossas instituições; inclusive não nos deixando levar nem sequer pela argumentação jurídica, **data suma venia**, do Senhor Senador pelo Ceará, Cid Sabóia de Carvalho que nos deu realmente uma lição. Mas eu acho que o momento não é jurídico, é político. E creio que, em nome desse sentimento generalizado no Brasil de que algo precisa ser

feito, nós deveríamos, realmente, fazer esse algo. Sei que as críticas que V. Ex. faz estão motivadas pela vontade da mudança, não posso, entretanto, como Líder, concordar com as opiniões de V. Ex. sob vários dos pontos expostos. Entendo a posição de V. Ex. porque ela ecoa de um sentimento muito generalizado, mas eu tenho que deixar registrado para os Anais que acredito que se nós tivérmos uma posição mais institucional e se nós pudérmos sair do debate pessoal, nós talvez tenhamos mais chance de reconstruir o Brasil de uma maneira que se evite que, no futuro, tenhamos que mais uma vez imolar aqui a quem quer que seja, porque, repito, estou convencido de que as responsabilidades devem ser, pelo menos, divididas. Os erros que se foram somando — e hoje são muitos — são de difícil reparação, mas não são erros pessoais, são erros coletivos. Não quero absolver, ao dizer que os erros são coletivos, eventuais responsabilidades, porque existem; mas não quero também absolver a nossa responsabilidade. Acho que nós, como PMDB, como Partido, hesitamos muito; nós muitas vezes não soubemos dizer a palavra necessária, no momento necessário, sequer ao Presidente da República. E o Senado inteiro sabe que eu, quando tomo uma posição, costumo tomá-la com equilíbrio e informo ao Presidente, até mesmo quando — e foi aqui que eu disse, pela primeira vez, que achava que deveríamos mudar as instituições na direção do parlamentarismo — e então eu achava que o povo precisava votar e que seria prudente para o Brasil que houvesse uma reconstrução do poder político com base no voto para que tivéssemos mais força para as transformações. E o que eu disse aqui, disse diretamente ao Presidente com toda a sinceridade e cordialidade; creio, Sr. Senador Ruy Bacelar, que o ânimo que leva V. Ex. a essa tribuna, hoje, é no fundo o mesmo ânimo de todos nós; apenas, talvez, os ângulos sejam diferentes. Pediria então a V. Ex. que ao refletir, como sempre faz sobre as questões brasileiras, e ao reafirmar com independência seus pontos de vista, ponderasse que muito do que V. Ex. diz não se refere simplesmente ao comportamento do Presidente ou do Governo, mas é, como se dizia antigamente em latim: ao falar dos outros, olhar para nós mesmos e dizer: **"De te fabula narratur"**.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço ao eminente Líder do PMDB, Senador Fernando Henrique Cardoso, o aparte mas entendo muito bem a posição de V. Ex. que como Líder do Governo tem a obrigação de defender este Governo que aí está. Concordo quando V. Ex. defende um regime participativo e parlamentarista, eu acho que o povo deseja, em verdade, participar, ser co-responsável da Administração Pública Federal. E uma maneira de ser é votando, elegendo o seu Presidente. É uma maneira, eu sinto, eu ouço, eu busquei isso na opinião pública. O povo quer ser participe da Administração Pública Federal, coisa que o Presidente que aí está não permite.

Quanto à culpabilidade do Presidente da República de um sistema como este, onde o Presidente, é todo-poderoso, faz tudo, é o "rei", é um "deus", a responsabilidade, eminente Líder, é dele, Presidente da República. O que está faltando ao Presidente é deixar de enganar o povo, de mentir ao povo; está faltando ao Presidente coragem para falar a verdade! Coragem para decidir! E por isso

que este País está na situação em que está. Problemas na economia, problemas no social, problemas na política; o pobre mais pobre; não se desenvolve o País, a juventude cada dia mais carecendo de empregos. Esta é a situação do País! Entre ficar com o Presidente da República e ficar ao lado do povo — eu que só devo obrigação ao povo, eu que tudo que fui na vida agradeço somente ao povo, nada devo a ninguém; a Presidente da República, a Governador nenhum, somente ao povo e só ao povo eu devo obrigações dos meus atos — eu fico com o povo. Daí ter formulado este discurso.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Este discurso que, no meu entender vai ao encontro da vontade e do desejo do povo brasileiro. Concedo o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Serei muito breve porque a luz vermelha de advertência está piscando há muito tempo e V. Ex. já ultrapassou seu tempo regimental. Mas eu achei o aparte do Senador Fernando Henrique Cardoso muito importante, e nós sabemos que as nossas sessões são lidas de vez em quando no gabinete do Presidente da República. Seria muito interessante, muito importante, que o Presidente tivesse ouvido esse aparte. O aparte do bom senso, é o aparte que teoriza muito bem essas questões políticas e procura colocar na prática, mostrando a necessidade de colocarmos na prática essas teorias, e fala muito na preocupação da personalização dessas questões, desses debates, que são levados para um ângulo pessoal. Também creio que não deveríamos colocar as pessoas como enfoque mais importante de nossas discussões. E o primeiro a seguir essa lição deveria ser o Presidente da República, porque nós sabemos que o Presidente da República tem utilizado de métodos que não são corretos, para ter o apoio para mais de quatro anos, de mandato e para ter o apoio do presidencialismo. Sabemos de perseguições que estão sendo feitas contra companheiros nossos que não concordam com esses ângulos da questão que o Presidente da República coloca como mais importantes da Constituição; o seu mandato e o regime de governo. É contra isso que nós também protestamos. Estão aí as declarações de líderes, como a do Líder do PFL na Câmara, quando discutia um assunto da Bahia — e está no **Jornal do Brasil** — em que S. Ex. declarou que um Deputado não tem direito a uma determinada função porque é a favor dos quatro anos e que S. Ex. tem direito de tirar aquela função do Deputado, porque o mesmo defende os quatro anos — e é uma Liderança do PFL da Bahia, do PFL nacional, porque S. Ex. é Deputado pela Bahia, mas é o Líder do PFL nacional. Então, o Presidente precisaria ouvir o aparte do Senador Fernando Henrique Cardoso, porque, como sempre, é um aparte de bom senso, é a demonstração da competência que S. Ex. tem e do bom senso com que sempre leva as questões políticas. Gostaria — se o Presidente não ouviu o aparte do Senador Fernando Henrique Cardoso — que aqueles que sempre estão, no trabalho normal, natural, atentos aos nossos debates para levarem as nossas questões ao Presidente, o que foi deba-

tido aqui, que levem esse aparte e que o Presidente seja um bom aluno, atendendo àquilo que foi dito pelo Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RUY BACELAR — Agradeço ao Senador Jutahy Magalhães, e incorpore, com muita satisfação, o seu aparte, e daí continuar dizendo que falta ao Presidente atual grandeza e postura.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, conceda-me um aparte?

O Sr. Mansueto de Lavor — Concede V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência pediria ao ilustre orador que encerrassem o seu pronunciamento, em função de que seu tempo regimental em muito já se esgotou.

O SR. RUY BACELAR — Mas, antes, porém, gostaria que V. Ex^a me permitisse conceder dois apartes; um ao eminente Senador Virgílio Távora e outro ao eminente Senador, representante de Pernambuco, Mansueto de Lavor.

Tem o aparte V. Ex^a, nobre Senador, Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Nobre Senador em homenagem à condescendência da Mesa, vamos ser mais sintéticos do que costumamos ser. Em primeiro lugar, o aparte que demos a V. Ex^a, inicialmente, não vai contra a pessoa; era a cobrança de resposta cuja inexistência, esta, sim, não há discurso, por mais bonito na forma, que justifique, de ataques, de denúncias, de restrições feitas, à política do Governo que, em nossa opinião, não é só responsabilidade da Presidência da República. A política econômico-financeira do Governo é desempenhada por Ministros, que, ao que sabemos, pertencem à Aliança Democrática, à Aliança Liberal — essa aliança aí de vocês — ou que nome mais queiram dar; isso, item nº 1. Número 2: queremos felicitar-nos pelo pronunciamento do Senador Cid Sabóia, nosso companheiro de Estado, que agora vamos, depois daquela bela aula de Direito que nos concedeu, em seu aparte, cobrar diariamente, porque já o temos como aliado, que a Aliança não pode ficar calada ante ataque, seja ele de quem for, como é... "os elementos mais ligados — como S. Ex^a diz — ao Governo respondam", pode ser até que estejamos enganados. E nº 3: finalmente, encontramos-nos pela belíssima aula de erudição e de eloquência com que nos brindou o eminente Líder da PMDB, Dirceu apenas com pequeno adinículo, citando Shakespeare: "Words, words, but words," "Palavras, palavras, nada mais do que palavras."

O SR. RUY BACELAR — Agradeço mais uma vez o aparte de V. Ex^a e sinto que V. Ex^a está satisfeito com as verdades ditas aqui em relação ao Governo atual. Com a benevolência do eminente Presidente do Senado, concedo o aparte ao meu patricio, Senador por Pernambuco, Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto de Lavor — Agradeço, nobre Senador, com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a esta manhã, importante pronunciamento, assim como aos apartes que, certamente, corroboraram, mesmo quando discordaram, da tese fundamental, que é preciso debater o momento nacional. Eu diria que, com o maior respei-

to, não estaria de acordo com a tese de um de seus ilustres apartes, que defendeu a teoria do direito adquirido, principalmente em Direito Público. E a levar com tanta ênfase essa tese, transformaríamos a Assembleia Nacional Constituinte em uma Academia de Letras, talvez em um clube de dominó, que nada pode decidir, porque, qualquer das decisões fundamentais da Assembleia Nacional Constituinte vai entrar em choque com direitos adquiridos. Então, não se modificaria absolutamente nada, se se fosse levar em conta, principalmente em Direito Público, a tese do direito adquirido. Mas, sobre as medidas, sou obediente ao meu Líder, ao Líder Fernando Henrique Cardoso, que não é apenas Líder do Governo, mas sobretudo Líder do PMDB. Entendo que as pessoas, no caso, colocam-se em uma posição secundária. O importante é a ação colegiada de um Governo que não está de acordo com as aspirações do povo. Esse Governo não acerta. E precisamos — inclusive V. Ex^a está, neste sentido, colaborando com o Governo — apontar as falhas. Tenho as recentes medidas do Presidente Sarney junto com o Ministério, onde, pelo menos de maneira formal, existem vários Ministros do PMDB, inclusive os da área econômica. Elas foram contestadas veementemente pelo Professor Décio Munhoz, da Universidade de Brasília, por sinal um dos colaboradores das teorias e do programa econômico do PMDB. Nenhuma dessas medidas, absolutamente, chegaram ao cerne da questão, isto é, do combate ao déficit público do País, exatamente porque as causas do déficit não são, segundo o professor, divulgadas; não são levadas à opinião pública, muito menos aos canais que poderiam influir nessas decisões. Diz ele que "um calafrio percorre a espinha daqueles que dispõem de um mínimo de informações sobre a verdade das finanças públicas". Inclusive diz que o maior déficit do País não é nem sequer o déficit público, objeto de tantas medidas restritivas, inclusive as recentes. O maior déficit que o nosso País possui, no momento, na área financeira, é o déficit da transparência de dados, é o déficit de informações precisas e confiáveis.

Termino dizendo que, enquanto se tomam medidas relativas a cortes de empréstimos ao Estado, cortes de bolsas de estudo, aumentando o fosso tecnológico e científico entre o Brasil e países do mesmo nível, do mesmo estágio, como é a Coreia do Sul e outros, que têm milhares de bolsistas, aqui se corta o intercâmbio de bolsistas. No entanto, não se vai à questão. E esta questão tem seus responsáveis. Ele não fala propriamente na pessoa do Presidente da República. Mas ele fala, por exemplo, no Banco Central, como grande, em primeiro lugar é o grande responsável por esta questão do déficit público, já que, sistematicamente, esconde da Nação o verdadeiro e único déficit que são os custos enfrentados pelo Governo para o giro dos títulos representativos da própria dívida, custos absurdamente elevados, como fruto da especulação financeira, alimentada pela política de altos juros que o Banco pratica. Portanto, o Banco Central é o grande responsável pelo déficit público que fomenta a agiotagem absurda sobre o empresariado nacional. Em segundo lugar, o Ministério da Fazenda, é outro grande responsável, porque acoberta essa política de agiotagem interna, que faz com que a dívida interna cresça como uma bola de neve. Em terceiro

lugar, o Conselho Monetário Nacional. Em quarto lugar, o Tribunal de Contas da União. Em quinto lugar, ele nos coloca no meio. Veja só. Aquilo que ele chama de classe política que não deve ser esquecida como também responsável por esta situação, já que é omissa quanto aos desmandos na administração financeira, que vêm permitindo que a grande farsa prossiga no esquema que preserva todo o autoritarismo gerado no ventre dos Governos militares. Isto é, a ditadura econômica ainda continua. Então, tinha-se que escolher alguns bodes expiatórios, que foram as administrações estaduais, municipais, os bolsistas que vão para o exterior e as empresas estatais que, segundo o economista Décio Munhoz, nada têm a ver com o déficit público. Isso é "jogada" para haver desestatização. A Embratel, por exemplo, é uma empresa que está sob a cobiça das multinacionais e empresas nacionais; a Petrobrás, por exemplo, é outra empresa que nada tem a ver com o déficit público. Só para terminar, trago alguns dados para dizer do desacerto dessas medidas do Governo como um todo, como um colegiado, repercutindo nas administrações estaduais e levando a uma atitude popular que foi observada pelo Governador Waldir Pires, da Bahia, dizendo:

"Do jeito que está o povo termina não acreditando mais no processo democrático, que elegeu e consagrou os governadores como Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon e outras tantas governadores eleitos nas últimas eleições, que não influenciaram em nada politicamente o Governo e o seu colegiado de ministérios e dirigentes estatais."

Vemos o caso da Argentina, o Presidente Alfonsín foi derrotado nas eleições parlamentares há menos de 8 dias e já está mudando o seu ministério. E as eleições de novembro passado, que deveriam ter mudado a face política deste País, não alteraram em nada o Governo Federal, que ficou absolutamente insensível, como a Muralha da China, às vozes emergidas das urnas pela votação popular.

O Governador Waldir Pires disse muito bem, está em jogo é o processo democrático. Com uma simples medida, nobre Senador para corroborar a sua indignação, a veemência do seu pronunciamento no meu Estado, o Estado de Pernambuco, segundo levantamento feito pela SEPLAN, os prejuízos para a administração estadual decorrentes da última medida do Ministério, sob a alegação de diminuir o déficit público, e que, conforme citei o Prof. Décio Munhoz não têm nada a ver com o déficit público essas aplicações dos Estados e Municípios. Em aplicações de áreas de esgotos sanitários projetados para o Estado de Pernambuco, abastecimento de água, saúde, medicina alternativa, energia elétrica, transportes urbanos, os cortes foram, na Caixa Econômica Federal, de 14.980.062 OTN, e, no BNDES, os cortes foram de 6.824.668 OTN, significando menos saúde para o povo, menos esgotos sanitários, menos abastecimentos de água, corte em serviços de saúde, em fornecimento de energia elétrica, e em transportes urbanos. Isto significando que, sob a alegação da diminuição do déficit público, não se toca na sua causa, que é a agiotagem financeira; não se alteram as causas de aplicação de recursos públicos distorcidos, como é o caso do FINOR, que até hoje não foi revisado. No entan-

to, cortam-se recursos substanciais para as administrações estaduais da Bahia, a Pernambuco e do Nordeste inteiro, retirando da população algumas medidas que levavam à melhoria dos seus padrões de vida. No entanto, não é esse corte, absolutamente, que vai resolver o problema do déficit público. É por isto que concordo com V.Exª na tese de que é preciso, com veemência, combater os erros, os demandos deste Governo, mesmo seguindo o meu Líder, de que não vamos concentrar essas críticas nesta ou naquela pessoa, mesmo do Presidente. Mas esse colegiado, naturalmente, tem um comando, e esse comando, pelo regime presidencialista, é o do Presidente da República. Daí por que, entrando presidencialista na Assembléia Constituinte, saio dela como um parlamentarista convicto. É preciso dividir responsabilidades entre o Executivo e este Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência apela para que o ilustre orador observe os tempos regimentais, que foram modificados em função da Assembléia Nacional Constituinte, pelo número de sessões que o Senado teve de reduzir, e porque temos a Ordem do Dia e vários oradores inscritos.

O SR. RUY BACELAR — Estou terminando, Sr. Presidente. Mas, antes, queria agradecer as palavras do eminente Senador Mansueto de Lavor e, ao mesmo tempo, endossá-las. V. Exª fala com muita clareza quando diz que o Presidente da República não quer, não quer, não deseja espelhar a realidade dos fatos, o resultado das urnas. Houve no Brasil uma insurreição popular, uma revolução cívica, onde o povo achou por bem delegar ao PMDB a direção do País, a direção dos Estados mas o Presidente da República até hoje não pretende espelhar esta realidade. Pretende sim, isto é que é a verdade nua e crua, através dessas políticas de falsa contenção de despesas, estender o caos de sua administração ao caos da administração federal, aos Governos dos Estados, no intuito de que esses Governadores, legitimamente eleitos, não possam atender a os compromissos assumidos e as aspirações das populações dos seus Estados.

Além do mais, eminente Senador Mansueto de Lavor, concordo plenamente quando V.Exª fala no déficit de informações, de vários déficits que V. Exª citou, baseado nas palavras do Economista Dércio Garcia Munhoz, citado por V.Exª, e eu acrescento ainda: além desses déficits citados por V.Exª, digo sem medo de errar, que déficit é um problema de autoridade desse governo que aí está, de probidade, de seriedade, de honestidade que não existe. A realidade é esta. Acrescento este déficit.

Mas, dando prosseguimento, para terminar o meu discurso, Sr. Presidente, digo que ante tantos desastros e diante de um Governo que perdeu, por inteiro, sua credibilidade, o povo cede à descrença, mas graças a Deus, já começa a se sensibilizar, retomando, aos poucos, o histórico clamor que tantos ímpetus cívicos provocou: "Diretas não para já, mas para daqui a pouco, 120 dias após a promulgação de nossa Carta Magna."

Sr. Presidente, Srs Senadores, é preciso pôr termo a esse festival de insensatez, cujos efeitos têm sido terrivelmente danosos para a saúde de nossa economia e para o estado de ânimo da população brasileira.

A descrença, o negativismo, o abatimento moral tomaram conta de todos os segmentos da Nação.

O espírito de iniciativa e o ímpeto empresarial, cederam lugar à paralisia e ao temor por parte daqueles que deram crédito aos programas do Governo e se envolveram em penosas agruras.

As agências financeiras, que deveriam constituir a mola propulsora da produtividade e do ímpeto desenvolvimentista, transformaram-se em pesadelo dos investidores e tormento dos que ousaram empreender.

Os impulsos de participação política de vigorosa parcela da opinião pública declinaram assustadoramente e a fé nas lideranças políticas foi substituída pela descrença e pelo desdém em relação àqueles que traíram suas acalentadas e recônditas esperanças.

Esse, Srs., o saldo do desastroso Governo Sarney, cujo resgate só será possível efetivar na hora em que o voto inequívoco e direto do inquebrantável povo brasileiro substituir a incompetência por uma liderança segura, capaz de devolver-lhe a fé e a esperança no seu imposterável destino.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, pesa-me ter dito tudo o que disse, mas um irredutível dever de consciência cívica impeliu-me a proferir este pronunciamento, para castigo da mediocridade e preservação dos altos interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Ruy Bacelar o Sr. Humberto Lucena deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia, que falará como Líder do PDT.

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A propósito do requerimento ainda há pouco apresentado a este Plenário pelo ilustre Colega Pompeu de Sousa, pedindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito constituída por Senadores e Deputados, para apurar a crescente violência que se vem desenvolvendo em todas as cidades do Brasil, não só nas Capitais, mercê do aumento insidioso e acelerado do anel de favelamento, do anel de miséria que se vai formando em torno das cidades, em função do êxodo rural que se processa em todas as cidades do Brasil, sejam pequenas, médias ou grandes, quero enfatizar, a este propósito, o problema específico do Distrito Federal, uma vez que, há duas semanas, todos os dias, ao chegar ao Congresso Nacional, vejo o quadro desolador de irmãos nossos, brasileiros, com as fisionomias cansadas, esqueléticas e de fome, dependurados na rampa do Congresso, como a dizer à sombra dos pórticos da representação popular que alguma coisa está errada neste País, que alguns brasileiros falam e não são ouvidos, que alguns brasileiros se mostram, diante de nós, maltrapilhos e famintos e os corações dos seus representantes parecem ser de pedra, insensíveis às suas dores. Há pouco houve um fenômeno de administração pública, no Distrito Federal, que, misteriosamente, não sei por que motivo, foi pouco divulgado pelos órgãos de co-

municação. Os habitantes de Brasília assistiram à ocupação, por pessoas sem recursos, da área desocupada de uma superquadra. De repente formou-se a favela da Superquadra Norte 110.

Não acredito que os brasileiros que para ali foram, pensavam tratar-se de terreno desocupado e que, portanto, poderia ser ocupado definitivamente. Não, para ali foram premidos pela necessidade do momento, procurando um alojamento provisório para si e para seus filhos pequenos.

Este é um fenômeno que ocorre em todas as cidades do Brasil, a que chamamos simplistamente de invasão. Já tive oportunidade de falar sobre fenômenos desta natureza, que ocorrem diariamente na minha cidade, Rio Branco. Não se trata de invasão — uma qualificação pejorativa — mas de ocupação de um espaço vital por aqueles que não dispõem de um, e para que, através dela, seja dada uma solução por mínima que seja à sua locação definitiva.

Mas, Sr. Presidente, não quero alongar-me muito na análise deste problema, porque é complexo demais. Quero limitar-me a ler dois documentos que dizem respeito a este fenômeno que está acontecendo e, que foram elaborados por pessoas das mais altas responsabilidades, uma vez que um deles foi elaborado por um Tribunal Popular, presidido por um de nossos companheiros do Senado da República. Outro documento se refere a manifestação das Igrejas do Distrito Federal que fazem uma proclamação às autoridades pedindo solução para o problema. Quero limitar o meu discurso à leitura destes dois documentos para não tomar maior tempo dos meus ilustres companheiros. Acho que é necessário este registro para que daqui, através da Comissão do Distrito Federal, ampliando-se para o Senado da República, possamos dar uma solução a este problema que está se cronificando e que é uma vergonha para nós brasileiros da Capital da República.

O Sr. Pompeu de Sousa — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Concedo o aparte ao nobre Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — V. Exª honra profundamente, com o seu discurso, o meu pronunciamento no início desta sessão. Já honrou com a assinatura no requerimento que propus aos companheiros do Senado e estou propondo aos companheiros da Câmara. Os dois documentos que serão lidos por V.Exª são da maior importância. Dispus-me, inclusive, a lê-los, mas para não exorbitar do tempo que me era atribuído pelo Regimento Interno do Senado, é que não o fiz. São ambos da maior importância. Tanto a exemplar sentença do nosso companheiro, Senador José Paulo Bisol, quanto o pronunciamento do Bispo de Brasília, que é, também, um documento modelar pela posição que a Igreja tem assumido em defesa dos oprimidos e dos abandonados deste País. Solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exª porque, como disse em meu discurso, esta gente, que é tangida como gado do sertão para a cidade, é tratada como subgado na cidade. Digo subgado porque chamei-a de gado, mas o nobre Senador João Calmon, conversando comigo, disse-me: "Não, Pompeu, não é bem gado, porque gado pelo menos o patrão alimenta e abriga, e esta gente nem é alimentada,

nem abrigada". Quero dizer a V. Exª que há mais de dois meses que venho lutando por uma solução para a situação da ocupação entre as SQNs 109,110 e que, inclusive, participei, junto com os três Bispos — o Sr. Arcebispo e os dois Bispos Auxiliares de Brasília —, de uma mediação para que houvesse uma solução humana para este caso. Faço um novo apelo para que se crie uma solução intermediária, uma solução temporária, não traumática, antes que seja tarde, porque há crianças recém-nascidas dormindo sobre o cascalho, diante do Congresso Nacional.

O SR. MÁRIO MAIA — Esta é uma atitude involuntária, a desses patricios nossos, porque eles geralmente são desalojados, em grande parte, na sua grande maioria, de locais onde estavam mais ou menos estabilizados, para peregrinarem ao longo das estradas, procurando os centros urbanos para encontrar a melhor solução para os seus problemas. No meu Estado, por exemplo, a formação do cinturão de miséria em torno de todas as cidades e, principalmente, da Capital, Rio Branco, se dá com dois contingentes principais: aqueles brasileiros que migram do Sul do País, principalmente dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e tantos outros, à busca de um pedaço de terra para se alojarem e que, por quaisquer circunstâncias, foram desalojados aqui, no Sul e, chegando lá, não encontraram a concretização dessa esperança e, de qualquer forma, vão-se alojando em torno da Capital, e outro grande contingente, o daqueles brasileiros que já moravam lá no Acre, com seus descendentes, e que formavam as populações que ocupavam os seringais nativos. Os empresários do Sul do País, muitos deles nem chegando lá, ao adquirirem os seringais, desalojam os que ali moram e trabalham em número considerável, cerca de 60 a 100 pessoas, porque o proprietário do Sul não compra a terra vendo a riqueza que ali está, que a própria natureza plantou, as árvores, as florestas, as seringueiras, as castanheiras: ele só vê a área que comprou. O seringueiro que vendeu não vendeu a terra, os hectares; vendeu as árvores que não produzem mais, exauridas, que já não davam para o seu sustento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Presidência comunica ao ilustre orador que seu tempo para comunicação de Liderança está esgotado.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, serei breve.

O inchaço das cidades é decorrente desses dois contingentes; as populações migram dos seus locais de origem, contra a vontade; elas são desalojadas e vão procurar alojamentos noutras cidades; se não encontram, provocam este fenômeno que estamos registrando, agora, no Distrito Federal.

O Sr. José Paulo Bisol — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Peço licença à Mesa apenas para conceder o aparte ao nobre Senador José Paulo Bisol, porque S. Exª é o Presidente do Tribunal Popular de julgamento da operação de remoção que estamos enfocando. (Assentimento da Presidência.)

Concedo o aparte ao nobre Senador José Paulo Bisol.

O Sr. José Paulo Bisol — Nobre Senador, eu não poderia deixar passar esta oportunidade de me manifestar a respeito do pronunciamento de V. Exª porque me sinto profunda e radicalmente comprometido com esta causa. Quero registrar que exerci a magistratura no Rio Grande do Sul por 30 anos e o meu conflito pessoal no exercício da magistratura estava vinculado com esta questão. O Direito resolve os conflitos intersubjetivos, com a total insensibilidade para os conflitos sociais. Mas, de repente, os conflitos intersubjetivos perdem o caráter de subjetividade, pois de um lado há um interesse particularizado, mas do outro lado desaparece a possibilidade de particularização. Este é o caso de todas as chamadas invasões do Brasil, que são um sintoma de guerra civil, a meu ver. Então, de um lado nós temos, não interesse deste ou daquele cidadão, mas de toda uma comunidade, da maior comunidade do Brasil, que é a comunidade dos pobres. A minha experiência de juiz revelou que que não há no Direito nenhum desejo, nenhum sonho e nenhuma determinação para eliminar o sofrimento da sociedade. E foi por isso, pela frustração que gerou à consciência de que o Direito está ali para resolver questões interpessoais, mas não abrange nunca a questão fundamental, que é a questão social, é que vim trazer e o faço há pouco tempo, a minha experiência de político, porque acho que estas Casas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, e a Presidência da República são destinadas, compulsória e forçadamente, a resolver as questões sociais. Impressiona-me amarga e dolorosamente verificar que, de repente, enveredamos para a política social, para a discussão do poder e perdemos inteiramente o contato com a realidade dolorosa da sociedade brasileira. Somos 80 milhões de pobres. Os pobres são a maioria. O grande conflito nacional chama-se pobreza. Fico realmente transido de espanto quando arisco fazer inserir no documento constitucional um dever prioritário do Estado brasileiro, dever prioritário de ter um programa de erradicação gradual da pobreza. Isto é chamado de utópico. Utópico sim, mas utópico no sentido, nobre Senador, que Karl Mannheim dava a essa palavra: utópico no pensamento e sentimentos das pessoas que padecem os desleixos e as distorções do sistema, como estas cem famílias, dura e terroristicamente, despejadas. E o despejo é uma instituição jurídica. Foi resolvido o aspecto subjetivo da relação, e o Governo do Distrito Federal não teve a menor sensibilidade para a questão fundamental, para o fulcro da questão, isto é, para a questão social. Eu me pergunto, nobre Senador: o que estamos fazendo em nome da política? O que é política? A meu ver, política, no seu aspecto prático, é o poder transformar a realidade social. Na medida em que não tenhamos condições de transformar a realidade social o nosso discurso, por mais belo que seja, é um discurso narcisístico e pessoal. Aproveito esta oportunidade que V. Exª me concede para colocar aqui a minha posição de solidariedade ao pronunciamento de V. Exª e a minha entrega vocacional, porque eu conheço pessoalmente a pobreza, a causa dessas famílias que foram despejadas, sem que sequer se pensasse numa alternativa de deslocamento humanizado.

Não havia espaço no Distrito Federal para essas famílias. Como é que o poder político pode despejar uma centena de famílias, Sr. Senador Mário Maia, sem antes prever onde colocá-las? Então, estamos num sepulcro caído! É verdade que não há lugar para os pobres do Brasil, do Distrito Federal? Esta é a pergunta que deixo no ar. Há ou não há, no Distrito Federal, lugar para os pobres do Brasil? Obrigado.

O SR. MÁRIO MAIA — Eu é que agradeço a V. Exª o aparte, dizendo que estou, nesta tribuna, solidário a V. Exª e não V. Exª se solidarizando comigo, neste momento. A minha presença, nesta tribuna, é uma solidariedade à atitude de V. Exª junto ao problema, quando, através de um documento que passarei a ler, condenou a atitude estranha da autoridade constituída, executiva do Distrito Federal.

Passo a ler o documento:

CONSIDERANDO que o Conselho de Sentença, por unanimidade de votos, decidiu que o Governo do Distrito Federal, responsável pela remoção compulsória dos moradores da Superquadra Norte 110, fato ocorrido a 16 de agosto próximo findo, exerceu arbitrariamente sua autoridade, optando por uma modalidade violenta, desumana e terrorista de despejo;

CONSIDERANDO que o mesmo Conselho decidiu, igualmente por unanimidade de votos, que o Governo do Distrito Federal dispunha, para resolver o problema, de reais possibilidades de concretizar a medida por procedimentos construtivos, solidários e não coercitivos, que não seriam menos eficazes;

CONSIDERANDO que, ainda pela totalidade dos votos, os Senhores Jurados entenderam que as três alternativas oferecidas pelo Governo aos moradores da 110 Norte deseraizariam as vítimas, abruptamente, de seu cotidiano comunitário, de seu sistema de relações de convivência, do trabalho, da escolaridade das crianças, dos hábitos de troca afetiva e lazer e dos transportes indispensáveis ao cumprimento de suas agendas;

CONSIDERANDO que os Senhores Jurados, outra vez sem voto discrepante, reconheceram como verdadeiras as provas produzidas no sentido de que outras soluções, de viabilidade evidente, foram objetivamente sugeridas ao Governo e por ele repelidas sem outra fundamentação que a subjetiva e discricionária;

CONSIDERANDO mais, que as invasões urbanas, como as rurais, transcendendo o conflito meramente intersubjetivo para cuja solução Direito está preparado, é na verdade um dos mais trágicos conflitos sociais da nossa nacionalidade, insólvel dentro dos padrões jurídicos e das estruturas de nosso comprometido sistema de Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Poder Político, como expressão da Soberania do Povo, tem o dever cívico, moral e constitucional de dar relevância prioritária aos sofrimentos da pobreza, já que a grande maioria do povo é pobre;

CONSIDERANDO que por mais legalmente ajustados que tenham sido os trâmites da

medida, do ponto de vista burocrático e em tese, e, por mais respeitáveis que tenham sido seus fundamentos motivacionais, não há soluções burocráticas nem motivações justificáveis mais nobres racionalmente sustentáveis que a decisão de assumir a causa dos marginais da sociedade acrílica de qualquer outra;

Condenamos o governo do Distrito federal a este veredito de inculpação, para que a História de Brasília e do Brasil registre a indomável repulsa do povo à mais repugnante de todas as violências, que é a violência racional do estado, principalmente quando ela se abate, fria e impiedosamente, sobre comunidades desamparadas e infelizes, em favor das quais não existe nem direito, nem moral social, nem estado, embora sejam as mais necessitadas de justiça, eis que padecem, dia a dia, a insensibilidade e a insuportabilidade das instituições mediocres e clinicamente sacralizadas.

O que mais desejamos, e este é, certamente, o mais belo desejo da alma deste julgamento comunitário, é que a histórica iniciativa deste Tribunal do Povo repita-se, sem esmorecimento, em todos os episódios da violência estatal institucionalizada no País, até que as autoridades que a praticam, ou a ela se afeiçoam com silenciosa cumplicidade, se conscientizem de que não amadureceremos jamais como Pátria e como Povo, sem que antes aprendamos que sofrer a dor alheia dói mais que sofrer a própria dor.

Em suma, condenamos para não mais ser necessário condenar, condenamos para restaurar a dignidade da pessoa humana; e condenamos para resgatar a nobreza de sentimentos da sociedade de Brasília e do Brasil.

Nossa sentença é pura esperança de justiça.

Entre as lágrimas, os cerceamentos da liberdade e o derramamento de sangue dos injustiçados da cidade e do campo, essa esperança, a de todos os brasileiros de boa fé e espírito cristão, é um grito de amor, de solidariedade e de benevolência.

Registre-se e inscreva-se na História do Distrito Federal.

Brasília, Tribunal Popular para julgamento da Operação de Remoção dos barracos da SQN, 110, 3 de setembro de 1987. — **José Paulo Bisol**, Presidente do Tribunal Popular.

Sr. Presidente, para concluir, passo a ler o "documento dos bispos de Brasília sobre a Remoção Desumana dos Favelados da SQN 110".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa comunica que V. Ex.^a já usou dez minutos regimentais e mais quinze de prorrogação. De modo que, se V. Ex.^a desejar a publicação do documento, a Presidência determinará que ela seja feita.

O SR. MÁRIO MAIA — Sr. Presidente, como é um documento de grande importância, peço a condescendência da Mesa para lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O respeito é devido ao Plenário e não à Mesa.

O SR. MÁRIO MAIA Eu não sou um desobediente ao Regimento, mas quero crer que esta

sessão está sendo uma exceção, por que aqui foi julgado o Governo do Brasil, através do pronunciamento de um Parlamentar das hostes do Governo, e, agora, um Parlamentar da Oposição está fazendo a colocação de um problema que foi analisado, também, por membros do Governo e pela sociedade.

Então, para que fique registrado em letras e voz, peço a condescendência da Mesa e do Plenário para ler o documento dos bispos, que é sucinto:

Documento dos Bispos de Brasília sobre a remoção desumana dos favelados da SQN 110 — Publicado no jornal **O Povo de Deus**, da Arquidiocese de Brasília, em 6 de setembro de 1987

Fé e Compromisso

"A comunidade paroquial de N.S. das Graças está acolhendo, há vários dias, cento e dez famílias remanescentes da operação de despejo da invasão da SQN 109/110. Na realidade, as famílias ali residentes não tinham para onde ir. Além dessas, é difícil dizer quantas estão dispersas por aí, debaixo de viadutos e no cerrado.

Louvamos o gesto acolhedor do pároco, o Revmo. Pe. Joaquim Horta, que, no dia 16 próximo passado, com lucidez e coragem, abrigou as famílias abandonadas. Nosso apreço também para com a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese e para com todos os que vieram em socorro desses nossos irmãos pobres.

Esta atitude da Igreja é profundamente evangélica. O Senhor Jesus é claro quando fala do julgamento final: "Então os justos lhe responderão: 'Senhor, quando foi que te vimos com fome e te alimentamos, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos forasteiro e te recolhemos: ou nu e te vestimos? Quando foi que te vimos doente ou preso e fomos te ver? Ao que lhes responderá o rei: 'Em verdade vos digo: cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes'. (Mt 25, 37-40)

Ao intervir em questões sociais a Igreja não o faz com interesse político-partidário, ou em busca de lucro vil, nem com o objetivo de dar solução técnica ou econômica ao problema, mas pelo imperativo de defender os direitos da pessoa humana.

Havíamos alertado a tempo para que se encontrasse um método adequado e que a remoção fosse prévia e devidamente programada, dentro de uma decisão política capaz de conduzir a população a um assentamento com condições mais humanas.

A moradia, o trabalho e a educação são direitos fundamentais do homem.

Não podemos desconhecer a mobilidade de nossa gente, que, em virtude de situações climáticas e à míngua de condições mínimas para sobreviver no interior, busca os grandes centros.

Aí está o desafio de uma política agrária e urbana para o Governo, a fim de que os pobres não sejam humilhados e discriminados.

São eles nossos irmãos e interpelam nossa consciência.

A Palavra Divina ainda ressoa a nossos ouvidos, em permanente advertência:

"Ai dos que promulgam leis iníquas, dos que elaboram prescritos de opressão para desapossarem os fracos do seu direito e privar da justiça os pobres do meu povo, para despojar as viúvas e saquear os órfãos". (Is. 10, 1-2)

Apesar das incompreensões e da visão parcial do fato, confiamos que através do diálogo e da solidariedade com esses nossos irmãos surja uma solução definitiva para o angustiante problema dos desalojados das invasões.

Que a bênção de Deus e a proteção maternal de Nossa Senhora das Graças venham em nosso auxílio.

D. JOSÉ FREIRE FALCÃO, Arcebispo de Brasília — **D. Geraldo Ávila**, Bispo Auxiliar e **Vigário-Geral** — **D. Raymundo Damasceno Assis**, Bispo Auxiliar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Chiarelli, que falará como Líder do PFL.

O SR. CARLOS CHIARELLI (PFL — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lamentando profundamente que tenhamos visto, superado todos os prazos, por isto mesmo, talvez pela fadiga, não sei se física ou mental, o orador que fez investidas contundentes contra o Senhor Presidente não me dar a oportunidade de me manifestar na sua presença, como gostaria. Quero, de início, sendo absolutamente objetivo, rejeitar, repelir toda e qualquer manifestação que, inclusive, contraria os fundamentos básicos da cortesia, da urbanidade, e eu diria mais, da linguagem polida que se deve exigir na prática parlamentar.

Tachar insensata, infundada e inadequadamente o Senhor Presidente da República de mentiroso e de covarde, atribuindo-lhe falta de coragem pessoal, parece-me que, antes de mais nada, exige uma repulsa que a faço da maneira mais contundente, em caráter pessoal e em nome da Bancada do Partido da Frente Liberal, não apenas em razão da figura do Presidente da República, mas em razão da figura humana, o ex-Senador, nosso colega, que deve merecer o apreço, o respeito e a consideração de tantos quantos participam deste egrégio colegiado.

O direito de crítica é saudável e deve ser exercitado; o direito de divergir é fundamental no processo democrático e estamos aqui, justamente, para exercitá-lo, mas que o façamos dentro de regras adequadas e, sobretudo, levando em conta o princípio fundamental do respeito à pessoa, e além desse, o respeito às evidências, à verdade e aos fatos.

O Sr. Virgílio Távora — Permite-nos um aparte, eminente Senador?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Pois não.

O Sr. Virgílio Távora — A Oposição quer deixar bem claro que as críticas que faz ao atual Governo e aos dois Partidos principais que lhe dão apoio são impessoais; traduzem enfrenta-

mentos ao Senhor Presidente da República e não fazemos favor nisso; é até da educação parlamentar. Agora, mais uma vez, aproveitando a presença de V. Ex^a na tribuna, nestas rápidas palavras que pronunciamos, renovamos a cobrança aos Partidos da chamada Aliança Democrática, para que os que o defendem, que digam se o que o PDS critica da política atual do Governo, inserido nos Anais deste Congresso, desde março deste ano, está certo, está errado. Se estamos faltando com os princípios básicos da verdade ou se, ao contrário, aquilo que está contido nestes textos é de ser acolhido através de providências saneadoras. Queremos deixar bem claro: a crítica aqui não é pessoal, e sempre fizemos questão de dizer isso.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Agradeço a V. Ex^a o aparte e registro, inclusive, que V. Ex^a e tantos outros têm mantido os padrões éticos e a cortesia parlamentar indispensáveis. Mais do que isso, faço questão de registrar, V. Ex^a, na oportunidade com os credores internacionais, privados ou governamentais, teve uma posição suprapartidária o que, aliás, não nos surpreendeu, mas confirma toda uma vida dedicada à causa pública e aos interesses nacionais, sobretudo no exterior mostrou sempre sua absoluta identificação com os interesses brasileiros, independentemente de Governo ou Oposição.

O Sr. Virgílio Távora — Muito obrigado a V. Ex^a pelo testemunho.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, também gostaria de salientar o fato de que aqui ninguém fala em razão de débitos, de ofertas de favores, de ganhos e privilégios. Ninguém aqui tem o monopólio da representação popular, ao contrário, ele se divide num condomínio entre todos nós; aqui todos chegamos em decorrência do voto, aqui todos representamos parcelas maiores ou menores, mas seguramente majoritárias nos diferentes Estados e, por isso, em nome desse povo, e devendo a ele o nosso direito de voz, de voto, de manifestação de crítica e de aplauso, é que chegamos a essa tribuna.

Alguns, circunstancialmente, poderão ter sido ajudados pelo bafejo momentâneo de situações transitórias, de êxitos governamentais para os quais não contribuíram e dos quais, numa safra eleitoral, receberam os favores diretos ou indiretos. Isto é bom registrar. Mas, passado esse registro, excluído esse monopólio do qual parece que alguns querem se arvorar titulares e lembrado esse registro das circunstâncias peculiares que viabilizaram alguns inviabilizáveis em 1986, gostaríamos de lembrar a expressão latina **O tempora! O mores!** porque se alguém chegasse aqui e ouvisse um discurso, como aquele que se preferiu, há hora passada, ficaria realmente surpreso, e pensaria que estávamos rigorosamente numa peça de Ionesco, o Teatro do Absurdo, porque aqui se fez a crítica contundente com relação à situação da Ferrovia Norte-Sul. Disse o orador que era uma incoerência, uma inconseqüência, um despreparo, um desajuste e atribuiu toda e qualquer iniciativa, nesse particular, ao Senhor Presidente da República.

Sobre o assunto já me manifestei mais de uma vez aqui. Não pertencem aos Estados vinculados a esse roteiro, a essa trajetória, a esse traçado,

mas não posso deixar de lembrar que seis governadores do Partido do orador, que de resto é o Partido majoritário, reuniram-se expressamente, com a adesão das suas Bancadas, e com várias manifestações nesta Casa, de ilustres Senadores correligionários do orador crítico, disseram da defesa intransigente que faziam e da cobrança imediata de execução dessa obra. Não discuto o mérito da obra. Chamo a atenção para a incoerência profunda e para o desajuste do uso da tribuna desta Casa. Melhor seria que isso se dissesse na Convenção Partidária, para que houvesse uma posição uniforme e para que não se atribuisse a culpa a quem não a tem, e para que se cobrasse o débito de quem é o devedor.

Aqui se falou em déficit, aqui se criticou o déficit público, aqui se disse da inconveniência da política econômica. Clama aos céus essa afirmativa. Quem responde pela política econômica deste Governo? Quem é o titular de hoje e de ontem? Quem fora os ministros da Fazenda? A que partido pertencem e pertenciam? Quem foram e quem são os ministros do Planejamento? A quem se entregou a condução desse processo?

Diz-se em alto e bom som que o partido majoritário comanda a política econômica, que não abrirá mão, em hipótese nenhuma, desses ministérios. Pois bem, como é que se explica esse processo? Quem tem o poder, exerce o poder e depois não o exerce, seguindo os seus próprios correligionários, de maneira adequada. Tem dos correligionários às críticas, só que não se dirigem a quem seria o alvo adequado e coerente, mas se muda o destino da contundente crítica, como se estivesse a alterar o substituto processual, no sentido de agredir aquele que não tem o dever, e menos ainda, não tem por que receber essa acusação.

Falou-se aqui em coordenação solidária de Governo, ou se criticou a ocorrência de descoordenação, e se falou na ausência de solidariedade. Ora, lembramo-nos todos; estava o Ministro da época, Dilson Funaro, titular da Fazenda, realizando gestões com vistas ao encaminhamento, nos seus moldes e termos, da dívida externa brasileira e o que acontecia aqui no Brasil? Uma reunião de quatro governadores, dos mais importantes do País, todos eles pertencentes ao Partido do orador que criticou a falta de solidariedade, e atacavam a política econômica do Governo, e atacavam a condução das negociações da dívida externa, e não contentes com isso pediam a derrubada do Ministro da Fazenda, que estava no exterior, negociando com nossos credores. E logo depois voltava o Ministro, e por uma estranha figura de metamorfose incompreensível, os que o haviam condenado quando estava fora e precisava de apoio, começaram a dizer que quem estava a planejar e a sabotar a ação desse Ministro eram os partidos de oposição ou, pelo menos, os partidos que não o PMDB. Mas é fantástico, Sr. Presidente, é realmente fantástico esse espetáculo. É por isso que é difícil entender esse tipo de manifestação; é por isso que nós voltamos a ficar albergados sob as teorias mais notáveis de Ionesco, sob pena de jamais conseguirmos entender aquilo que se desenhava ante nossos olhos, e que nós tivemos de ouvir ainda que estarecidos e estupefatos.

Falou-se em incompetência do Governo, e eu rejeito a afirmativa. Mas é estranho, Sr. Presidente, por que casualmente nesse Governo, o Partido

a que pertence o orador crítico, que tem nada menos de 17 ministérios, 17 ministérios, essa é a área de atuação, essa é a área de ocupação, esse é o espaço partidário, e é bom lembrar que, fora esse só outros 5 Ministérios têm exercentes com função partidária vinculada. Veja só a proporção: é quase da ordem de 4 por 1, e ainda assim se critica o Governo, se atribui a responsabilidade ao Presidente, e se tomam arês de oposição, e se faz o espetáculo e o jogo teatral de quem não tem responsabilidade. E é isto que volta a me parecer, se não insensato, incoerente; ou, quem sabe, melhor, incoerente e também insensato.

Por isso, Sr. Presidente, quando se fala em moradia e se sabe que o atual Presidente da República comete — o que eu chamaria — o destino de fazer viagens internacionais, usando este antiquado avião Presidencial, Boeing 737, desaconselhado para viagens largas — e sua Excelência não fez apenas uma, mas duas, três viagens neste avião — completamente desatualizado, correndo o risco de ter que fazer escalas para poder realizar travessias, é que me parece — senão diria uma palavra mais forte — uma injustiça que clama aos céus. Ou será que os episódios recentes, que enlutaram esse país, por esses controles de poupança tão restritos, e que põem hoje nas manchetes dos jornais dúvidas sobre os fatos da ocorrência que nos trouxe aqui há uma semana a prantejar o desaparecimento de uma figura ilustre, de um ex-Senador, então Ministro, que controles econômicos queremos? Ou será que queremos pagar adicional de periculosidade ao exercício da função Pública, para que se possa depor sobre a seriedade, a austeridade e a probidade daqueles que exercitam cargos importantes? Ou alguém tem alguma restrição, dúvida, ou possibilidade de provar algo de iníquo, de amoral de atético, de desonesto, de não proba na atuação do Presidente da República?

As acusações generalizadas pecam pela falta de responsabilidade de quem as apresenta. Tragam acusações objetivas, apresentem fatos, vamos discutí-los, estamos aqui para isto, este é o nosso dever. Estamos permanentemente a cobrar comissões parlamentares de inquérito para examinar os problemas da administração; é essa a tarefa do Congresso.

Falou-se em pressão do Presidente da República, Sr. Presidente, e quem fala aqui é o Líder da Bancada do Partido da Frente Liberal. Sou parlamentarista convicto não de ocasião nem da circunstância, nem quero soluções contra alguém ou a favor de alguém; era, sou e continuarei sendo. E o Presidente da República a quem mais de uma vez disse da minha posição, e disse a Sua Excelência, na semana passada, duas vezes com o maior respeito. E Sua Excelência ainda me disse: "Essa é uma posição coerente e entendo que deve preservá-la e mantê-la."

Jamais fez qualquer sugestão, jamais fez qualquer referência e jamais faria qualquer pressão no sentido de que mudássemos a posição. Esse é o depoimento verdadeiro. Tenho uma emenda e estou a defendê-la, estou ajudando a coordenar um grupo no sentido parlamentarista e o Presidente não fez qualquer tipo de restrição a esse posicionamento. Não lhe caberia fazer, diriam os companheiros. É verdade. Somos constituintes e temos o nosso direito. Mas é preciso que se

diga esse fato para que também não se acuse alguém do delito que jamais cometeu.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, acho que não precisamos nos alongar mais. Acho que basta o que foi dito para que fique clara a nossa rejeição e para que, pelo menos, tenhamos a consciência de que neste Governo, desse homem que emergiu da classe política, desse homem que saiu daqui destas bancadas como Senador ilustre, festejado pelos seus pares pela sua correção, pela sua transigência que alguns às vezes confundem com omissão, pela sua condescendência e moderação que às vezes alguns, quem sabe, confundem com covardia; esse homem ilustre, sério, que está tendo a coragem de enfrentar, quem sabe, com quantos dissabores, uma hora de tantas crises, de tantos desafios! É a Constituinte, é a moratória, é a crise econômica interna, são os apertos externos, é tudo isso que todos conhecemos e debatemos.

Não quero dizer que o Governo é brilhante. Não seria justo. Quero dizer que o Presidente age de maneira mais correta com o empenho mais dedicado, com a idoneidade mais evidente que se poderia exigir. E condená-lo assim, de uma maneira tão pouco embasada em provas e fatos e, sobretudo, destacar-lhe como característica negativa aquilo que tem de tão positivo, que é o diálogo, a abertura e a disposição permanente a aperfeiçoar e corrigir os seus posicionamentos, é um pouco condenar a própria classe política e a própria figura do parlamentar que Sua Excelência continua a ser, ainda que transitoriamente no Palácio do Planalto.

Parece que se quer outro tipo de governante; parece que se quer outro tipo de postura; parece que não se quer a composição, mas a imposição, para que aí, então, se entenda que poder é aquele que se exercita ilimitadamente. E é por isso que gostaria que todos lembrássemos que com todos os percalços e dificuldades, neste Governo nascido sob a sombra da tragédia, com aqueles caracteres tão difíceis da emoção e da paixão, com aqueles problemas de composição decorrentes dos momentos de hospital e cemitério, apesar de tudo isso estamos vivendo tempos politicamente de paz e de democracia, e é bom que tenhamos consciência desse fato. É bom que não nos esqueçamos dessas circunstâncias. É bom que aprendamos permanentemente na reiteração da vida e na análise das circunstâncias que estão em torno de nós, para que não perçamos a visão da história, sobretudo aquela que protagonizamos no presente momento.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Permite V. Ex., antes que encerre o seu pronunciamento?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Com prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, seremos breves, devido ao adiantado da hora. Em primeiro lugar, louvamos V. Ex. pela coragem e, ao mesmo tempo, pela postura moral de defender o Governo que V. Ex. apóia. Em segundo, queremos sinalizar que esse exemplo deve ser seguido pelo Partido que, junto com V. Ex., dá sustentação ao Presidente Sarney na resposta a todas as indagações e ataques que fazemos ao setor econômico-financeiro e ao seu desempenho, que reconhecemos não estar a cargo da agremiação de V. Ex. O que não é possível é o silêncio que é dado como resposta. V. Ex., no dia de hoje, dá exemplo

a seguir. Ao mesmo tempo em que nos rejubilamos por ver que ainda existe ressonância de vozes como a de V. Ex. neste Plenário, clamamos, mais uma vez, como São João no deserto, que o PMDB responda ao que está registrado nos Anais do Senado Federal de março a esta parte. Não é fazendo do silêncio resposta que se consegue absolver erros porventura cometidos e deixar de defender acertos porventura ocorridos. Era o que queríamos dizer a V. Ex.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Agradeço a V. Ex. o aparte, que assegura um momento de brilho a este nosso parco pronunciamento.

Sr. Presidente, não quero generalizar, porque seria injusto, ao falar com relação ao Partido majoritário. Não cometeria a indecência também eu, dessa generalização. Há setores que atuam dessa forma surpreendente, inesperada e inexplicável; há outros segmentos do partido que por si só se caracterizam pelos conflitos internos, que é uma realidade, que tantos dos seus integrantes inclusive confessam e de maneira muito franca e honesta expõem. Não poderia fazer uma média e uniformizar o que é diferente. Falo em segmentos específicos. Por isso sinto-me à vontade para fazer essa ponderação porque há parcelas do partido majoritário que conseguem realmente um milagre. Volto à referência de Ionesco, de que conseguem ser, ao mesmo tempo, autores de texto, atores do espetáculo, plateia que assiste ao espetáculo e que vai ao espetáculo que escreveram e que interpretam, o que é realmente um milagre em termos de polipostura e de dificuldade de interpretação à luz de um racionalismo, de uma idéia coerente, de uma posição que possa nos ajudar até a compreender. E gostaria de compreender para, quem sabe, ajudá-los a encontrar um bom caminho, o caminho da coerência e do encaminhamento adequado das suas inquietações, das suas angústias e das aspirações.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite, nobre Líder, um aparte?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Ouço V. Ex.

O Sr. Mansueto de Lavor — Nobre Líder do PFL, quero louvar o brilho com que V. Ex. faz, realmente, a defesa do Governo. Quero apenas registrar que o Líder Fernando Henrique Cardoso já havia, também, feito uma colocação mais do que pertinente acerca do pronunciamento do nosso colega Senador Ruy Bacelar, inclusive deixando bem claro que é um direito de S. Ex. dentro do sistema democrático, do regime democrático em que vivemos, manifestar os seus sentimentos, mas que não eram sentimentos propriamente do Partido, mas de uma pessoa individual, e que as críticas que estão aí nas ruas e que nós mesmos, do PMDB, não estamos impedidos de fazê-las, não poderiam ser centradas numa pessoa, na pessoa do próprio Presidente, mas no sistema de governo que, em grande parte, herdamos e ainda não podemos transformá-lo. Essa posição de coerência que V. Ex. defende com tanta veemência é uma obrigação dos que estão aqui dentro da Aliança Democrática, na qual eu realmente não acredito mais, acho que não existe. Minha tese é essa, acho que o Governo deveria mudar, aceitar um apoio deste ou daquele partido que quisesse se afinar mais diretamente com as suas diretrizes. Mesmo assim, vamos supor que a Alian-

ça PMDB, PFL e Governo, apoiado por essa Aliança, a obrigação de fidelidade, de sintonia, deveria ser mútua. Realmente o Senador Ruy Bacelar fez um pronunciamento, que é contestado com veemência por V. Ex., mas para ser lógico, V. Ex. deveria ter, também, contestado com a mesma veemência o Porta-Voz do Presidente da República. O que fez o porta-voz? A voz do porta-voz é a voz do Presidente. Ele é um porta, portanto, não tem voz. A voz é de alguém a quem ele serve. O que fez o porta-voz? O porta-voz fez um ataque que, em termos políticos, é muito grave ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que é o Presidente do nosso Partido, Deputado Ulysses Guimarães. Nas palavras do porta-voz, o Presidente Ulysses Guimarães aparece como um oportunista político, sedento de poder. Depois, talvez, refletindo um pouco mais — não sei se levando uma espécie de reprimenda interior porque, externamente, segundo consta na imprensa, recebeu um obrigado do Presidente José Sarney — ele quis modificar e disse que as palavras e os julgamentos feitos no dia anterior, em sua entrevista ao **O Estado de S. Paulo** — uma entrevista de perguntas e respostas, não foram declarações vagas — teriam sido dirigidas ao PMDB. Ora, o Governo quer a fidelidade do PMDB, precisa, também, ser fiel ao PMDB. Então, antes mesmo das palavras veementes e contundentes — eu posso até discordar de certas expressões pessoais, e discordo do nobre Senador a quem V. Ex. rebate —, antes mesmo disso, houve um ataque frontal, um ataque, digamos, até desleal do porta-voz da Presidência da República contra o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Então, para ser plenamente lógico e coerente, o pronunciamento de V. Ex., o qual louvo, deve-se alargar um pouco mais e exigir também coerência, fidelidade e harmonia da parte do lado de lá, para que ataques assim, de maneira tão contundentes, como foram feitos ao Presidente Ulysses Guimarães, não se repitam, até porque acho que foram descabidos e injustos para com o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. A grande crítica que se faz ao Presidente Ulysses Guimarães nas ruas, S. Ex. está realmente sofrendo desgaste, dentro e fora do nosso Partido, é exatamente pela fidelidade ao Presidente José Sarney, pela colaboração que tem prestado ao Governo Sarney, pelo seu envolvimento, pelo seu apoio ao Governo que está aí, passando por uma fase de dificuldades e impopularidade. Então, a retribuição que recebe por esse trabalho de colaboração é uma crítica contundente, uma crítica rasteira, injusta do porta-voz da Presidência da República. V. Ex. estenda então essa sua defesa e essa sua repulsa às palavras do Senador Ruy inoportunas, do porta-voz da Presidência da República.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Agradeço a V. Ex. o aparte. E poderia dizer para ser bem objetivo que considero tão solitário o Presidente Ulysses Guimarães com o Presidente José Sarney, que até diria que Ulysses Guimarães é um "cruzado" do Governo. Acho que nessas circunstâncias não parece que seria o local adequado para debater as palavras do porta-voz Frota Neto. O que sei e até estranho por um lado, em tempos passados e, por outro, destaco manifestação de V. Ex.,

é que nós já tivemos uma sessão aqui no Senado, na 2ª-feira, depois da entrevista publicada quando não ouvi, não da parte da Frente Liberal, que até não deveria tomar essa iniciativa presunçosa de se atrever a querer defender o Deputado Ulysses Guimarães, mas tendo tantos companheiros de S.Exª tão brilhantes, que seguramente haveriam de pronto, rebater. Mas, agora que o porta-voz, num jornal do dia seguinte, explicitou que não fizera nenhuma referência e que houve um mal-entendido na entrevista, acredito que a matéria pode merecer algum registro, nas ela fica um pouco esmaecida pelo simples fato de que a matéria central, o tema central, a razão central do debate deixou de existir quando alguém diz que não acusou aquele que quer se defender da acusação. Consequentemente ela cessa. Quer dizer, cessada a causa, cessa o efeito.

Faço questão de dizer a V. Exª que longe de mim trazer à colação a matéria porque ela está superada. Segundo, porque cabe a manifestação prioritária, que acredito será sempre feita com muito brilho e solidariedade. Temos visto tanta solidariedade de todas as facções do PMDB com o Constituinte Ulysses Guimarães, continuamente, são tantos os elogios repetidos por todos os grupos que, evidentemente, aqui ocorreria a mesma coisa. Apenas não tratei do assunto por achar que estava superado pela negativa já feita da acusação imputada e, além do mais, porque aqui prefiro me ater ao debate direto. Quer dizer, estou respondendo àquilo que ouvi diretamente, estou com a incontinência em termos de imediatidade de resposta, procurando colocar em termos objetivos a verdade e repor os fatos que foram, a meu modo de ver, distorcidos e desnaturados. É esta a questão.

Por outro lado e para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria apenas de...

O Sr. Edison Lobão — Permite-me V. Exª uma ligeira interrupção?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Pois não.

O Sr. Edison Lobão — Apenas para dizer que, em verdade, com a publicação no dia seguinte da versão do Secretário de Imprensa, Frota Neto, a figura ilustre, por todas as razões, do Presidente Ulysses Guimarães ficou inteiramente isenta de qualquer referência daquele porta-voz. S. Sª disse que nada tinha a ver com o Presidente Ulysses Guimarães que tem sido — devo também concordar e confessar — correto com o Presidente da República, assim como o chefe da Nação tem sido absolutamente correto com S. Exª. Agora, quando o Senador Mansueto de Lavor declara que para receber a solidariedade do PMDB o Presidente tem que fazer manifestações também de solidariedade ao PMDB, estou de acordo. Apenas lembro que são decorridos dois anos em que o Presidente é agredido permanentemente por facções do PMDB sem nenhuma reação. Quanto tempo será que deseja o Senador Mansueto de Lavor a tolerância do Presidente José Sarney em razão das acusações que não são do PMDB, por inteiro, como ainda há pouco se referiu V. Exª, mas de uma parcela considerável do PMDB?

O SR. CARLOS CHIARELLI — Sr. Presidente, estou por concluir. Não sei qual é a orientação da Mesa. (Assentimento da Mesa.)

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite-me um aparte, nobre Senador? (Assentimento do orador) Só para complementar as informações é que, no dia seguinte, a **Folha de S. Paulo** informou, por escrito, naturalmente, em suas páginas, que a entrevista fora gravada. E na entrevista gravada estavam as críticas do porta-voz ao Presidente Ulysses Guimarães. Além do mais, no dia seguinte um Ministro, portanto, um componente do Poder Executivo ratificou as críticas feitas ao PMDB e ao Presidente Ulysses Guimarães. Então, nesse caso, era de haver coerência de estarmos aqui exigindo apoio. A declaração foi do Ministro José Hugo Castello Branco é claro... apenas está se dizendo que é preciso haver confiança mútua, entrosamento mútuo e, naturalmente, os ataques pessoais, o Líder do PMDB já o colocou muito bem, não têm razão de ser. Agora, é parte do processo democrático objeções à política econômica do Governo, pouco interessando quem seja o atual Ministro da Fazenda já disse que o programa do PMDB era um programa dos tempos da Oposição e nós achamos que não. Achamos que o PMDB tem um programa, tem uma proposta econômica, que precisa ser executada agora, se esse Governo for do PMDB, se não for nos conformamos com isso.

O SR. CARLOS CHIARELLI — Agradeço, mais uma vez, Senador Mansueto de Lavor, à intervenção, e digo, como vizinho, eu ouço de cima do muro, o que há de se fazer? São brigas internas daqueles que moram contiguamente. Agora, essa questão do Ministro dizer que aplica ou não aplica a política, que as normas e as propostas são para quando se está na Oposição e não se está no Governo, sobre elas eu acho que sendo um problema da intimidade familiar do PMDB eu apenas as registro, tomo conhecimento, mas por dever de não quebrar a privacidade dos atritos dos vizinhos não gostaria de sobre elas me manifestar. Apenas fico neste registro de reiteração da nossa declaração de rejeição das críticas que aqui foram feitas, nos termos em que foram feitas, pela impropriedade e pela inveracidade. E mais do que isso, a certeza de que nós precisamos também não confundir, às vezes, **Habeas Corpus com Corpus Christi**. Essa questão invocada no último apartado Senador Mansueto de Lavor, quando traz à colação um Ministro que teria também criticado o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte; é bom só registrar — não quero entrar em polêmica aqui — que esse Ministro que criticou é o Ministro da Indústria e do Comércio, que casualmente também é do PMDB. É um problema que mais uma vez inviabiliza adentrar-se à área alheia. As críticas, o contraditório, a polêmica, a agressão, não estão além das fronteiras partidárias. Reconheço que isso deve ser um problema difícil de administrar e muito mais de explicar. Mas não estou querendo invadir essa área, só faço referência porque o assunto foi levantado.

Com relação a tudo isso — registrada essa nossa rejeição — afinal, vale sempre aquela expressão e aquela ideia do prateado e ilustre herói de guerra e grande líder estadista francês De Gaulle. Ele disse que, no final de toda uma vida pública, alguém que se dedique à causa da sociedade e alguém que se esmere no exercício da atividade política, que costuma receber, sobretudo daque-

les que foram beneficiados pelo seu trabalho e ganharam seus favores, é a gratidão. Isso se repete muitas vezes no decurso da história e além de todas as fronteiras, ultrapassando mesmo as fronteiras continentais e se tornando atual muitas vezes, apesar de ser um registro dos tempos passados. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Carlos Chiarelli, o Sr. Dirceu Carneiro deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Mário Maia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

O Sr. Virgílio Távora — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 180 do Regimento Interno, requiero a V. Exª a suspensão da sessão, em virtude da inexistência de número regimental em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Presidência vai suspender a sessão por alguns minutos, acionando as campanhas, para chamada dos Srs. Senadores a Plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 13 horas e 14 minutos, a sessão é reaberta às 13 horas e 16 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está reaberta a sessão. É evidente a falta de **quorum**. Em consequência, as matérias constantes da Ordem do Dia ficam adiadas para a próxima sessão ordinária.

São as seguintes as matérias cuja apreciação é adiada

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1987 (nº 8.384/86, na origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de instituições educacionais e culturais, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 101, de 1987 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1987), que suspende a execução do artigo 9º da Lei nº 2.322, de 2 de agosto de 1982, do Município do Paulista, do Estado de Pernambuco.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 142, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 142, de 1987, que autoriza a Prefeitura

Municipal de Petrolina, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 143, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 143, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araújo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 144, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 144, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.996,24 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 145, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 145, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Buritiz, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 39.935,78 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

7

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 146, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 146, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 46.992,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

8

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 147, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 147, de 1987, que autoriza a Prefeitura

Municipal de Iguatama, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.796,99 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

9

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 148, DE 1987

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 148, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Moema, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 13.114,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

10

MENSAGEM Nº 116, DE 1987

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 116, de 1987 (nº 180/87, na origem), de 6 de julho de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor LUIZ AUGUSTO PEREIRA SOUTO MAIOR, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

11

MENSAGEM Nº 123, DE 1987

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 123, de 1987 (nº 205/87, na origem), de 24 de julho do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor MARCOS HENRIQUE CAMILLO CORTES, Embaixador do Brasil junto à comunidade da Austrália, para cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Vanuatu.

12

MENSAGEM Nº 137, DE 1987

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem

nº 137, de 1987 (nº 232/87, na origem), de 6 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor ERNESTO ALBERTO FERREIRA DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Alemã.

13

MENSAGEM Nº 138, DE 1987

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 138, de 1987 (nº 233/87, na origem), de 6 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor EDMUNDO RADWANSKI, Ministro de Segunda Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Jamaica.

14

MENSAGEM Nº 140, DE 1987

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 140, de 1987 (nº 236/87, na origem), de 12 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores que amanhã, dia 17, às 10 horas, será realizada sessão especial do Senado, destinada a homenagear o bicentário da Constituição Norte-Americana, de acordo com deliberação anterior do Plenário, ao aprovar requerimento de autoria do Senador Marcondes Gadelha e outros Srs. Senadores.

Desta forma, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se à sessão às 13 horas e 20 minutos.)